



Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Direito

Eliana Sofia da Silva Pereira

Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas Internacionais

***Contributo crítico para a compreensão do regime do Mar de Timor à luz do Direito
Internacional***

Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro

Lisboa

2013

Modo de citação

As obras citadas pela primeira vez são identificadas com todos os elementos que constam da lista de bibliografia; nas citações subsequentes, apenas se referem os elementos que no contexto se considerem necessários para a identificação da obra, seguidos do acrónimo Op. Cit.,.

Traduções

Todas as traduções de textos estrangeiros e jurisprudência são da nossa inteira autoria e responsabilidade.

ÍNDICE

ABREVIATURAS

CAPÍTULO I – Introdução

CAPÍTULO II – Antecedentes históricos do regime atual estabelecido para o Mar de Timor: 1972 – 2002

1. Dos tratados internacionais celebrados entre a Austrália e a Indonésia
 - 1.1 O Tratado de 1971 e o Tratado de 1972
 - 1.2 O Tratado do *Timor Gap*
2. Do regime provisório estabelecido pela UNTAET
3. O enquadramento histórico e jurídico do regime estabelecido para o Mar de Timor
 - 3.1 Considerações preliminares
 - 3.2 A Proclamação de Truman de 1945
 - 3.3 A Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental de 1958
 - 3.4 O acórdão do TIJ sobre a Plataforma Continental do Mar do Norte de 1969
 - 3.5 O critério do prolongamento natural do território

CAPÍTULO III – O regime estabelecido temporária e provisoriamente para o Mar de Timor entre a Austrália e Timor-Leste

1. O Tratado do Mar de Timor
2. O Acordo de Unitização
3. O Tratado sobre Ajustes Marítimos
4. Da natureza temporária e provisória do regime estabelecido para a partilha dos recursos naturais do Mar de Timor: a diferença entre a delimitação marítima permanente, as áreas de desenvolvimento conjunto e os acordos de unitização

CAPÍTULO IV – A desconformidade do regime estabelecido temporária e provisoriamente para o Mar de Timor à luz da CNUDM

1. A obrigação de contenção mútua
2. A obrigação de se estabelecer um acordo temporário de caráter prático

CAPÍTULO V – A CNUDM e a evolução jurisprudencial do TIJ: princípios e métodos de delimitação marítima aplicáveis entre Estados com costas opostas

1. A criação da ZEE
2. O novo conceito de plataforma continental

3. A fronteira marítima única para a delimitação da ZEE e da plataforma continental
4. Princípios e métodos de delimitação marítima entre Estados com costas opostas
 - 4.1 O princípio da equidistância
 - 4.2 O princípio da proporcionalidade
 - 4.3 A obtenção de uma solução equitativa
 - 4.4 As circunstâncias especiais
 - 4.4.1 As circunstâncias geográficas
 - 4.4.1.1 A configuração especial da costa
 - 4.4.1.2 A existência de ilhas
 - 4.4.2 As circunstâncias não geográficas
 - 4.4.2.1 Fatores geológicos e geomorfológicos
 - 4.4.2.2 A conduta dos Estados
 - 4.4.2.3 Interesses de terceiros Estados
 - 4.4.2.4 Direitos Históricos

CAPÍTULO VI – A delimitação permanente da fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália: princípios e regras aplicáveis à delimitação marítima entre Estado com costas opostas

1. A possibilidade de delimitação permanente?
 - 1.1 A delimitação frontal
 - 1.2 A delimitação lateral

CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ANEXO I - Mapa com a delimitação das fronteiras estabelecidas pelo Acordo de 1971 e 1972

ANEXO II - Mapa da zona marítima conhecida como *Timor Gap*

ANEXO III - Mapa com a delimitação da ZOC estabelecida pelo Tratado *do Timor Gap*

ANEXO IV - Mapa com a jurisdição Australiana segundo a sua legislação interna

ANEXO V - Mapa com a delimitação da ACDP e dos Campos do Sol Nascente e do Trovador

ANEXO VI - Mapa com a divisão do Mar de Timor segundo o princípio da equidistância

ABREVIATURAS

AAFDL - Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

ACDP - Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero.

Acordo de Unitização - Acordo celebrado entre o Governo da Austrália e o Governo da República Democrática de Timor-Leste Relativo à Unitização dos Campos do Sol Nascente e do Trovador, assinado em Díli, a 6 de março de 2003.

Amp. - Ampliada.

ANP - Autoridade Nacional do Petróleo.

Atual. - Atualizada.

ATA - Acórdão do Tribunal Arbitral.

CNDUM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay, a 10 de dezembro de 1982.

Convenção de Genebra - Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, assinada em Genebra, a 29 de abril de 1958.

Coord. - Coordenação.

CRDTL - Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

CVDT - Convenção de Viena do Direito dos Tratados, assinada em Viena, a 23 de maio de 1969.

CVSEMT - Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, assinada em Viena, a 23 de agosto de 1978.

Dir. - Direção.

Ed. - Edição.

Edt. - Editor.

JDRT - Jornal da República Democrática de Timor-Leste.

Km² - Quilómetros quadrados.

ONU - Organização das Nações Unidas.

Org. - Organização.

UNAMET - Missão das Nações Unidas em Timor-Leste.

UNTAET - Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste.

TMT - Tratado do Mar de Timor celebrado entre o Governo de Timor-Leste e Governo da Austrália, assinado em Díli, a 20 de maio de 2002.

Tratado sobre Ajustes Marítimos - Tratado celebrado entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Austrália sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor, assinado em Sydney, a 12 de janeiro de 2006.

TIJ - Tribunal Internacional de Justiça.

TIDM - Tribunal Internacional do Direito do Mar.

TPA - Tribunal Permanente de Arbitragem.

ZEE - Zona Económica Exclusiva.

ZOC - Zona de Cooperação.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O moderno Direito do Mar¹ nascido da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CNUDM) confere ao Estado costeiro vários poderes nos espaços sob sua soberania ou jurisdição, garantindo-lhe a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais, não só dos recursos vivos existentes na coluna água, mas também dos recursos vivos e dos recursos minerais² jacentes na plataforma continental³. O título jurídico que cada Estado tem, por força do Direito do Mar, sobre os seus espaços marítimos carece, no entanto, de ser delimitado sobretudo nas situações em que existam zonas de sobreposição de títulos⁴. Assim sucede, por exemplo, no caso dos Estados com costas adjacentes ou opostas quando a distância marítima entre eles é inferior a 400 milhas náuticas e ambos tenham declarado zonas económicas exclusivas.

É precisamente o que se verifica no Mar de Timor entre o território australiano e a ilha de Timor, onde a distância das 300 milhas náuticas impossibilita que a Austrália e Timor-Leste gozem dos direitos soberanos e de jurisdição nas 200 milhas náuticas previstas no Direito do Mar e reclamadas pela legislação interna de cada país, conduzindo à sobreposição de títulos⁵. Esta situação levou a que ambos os países, na sequência do que tinha sido historicamente acordado entre a Austrália e a Indonésia, estatuissem um regime provisório de carácter prático que permitisse continuação da

¹ Para efeitos da presente dissertação o termo Direito do Mar e Direito Internacional são usados como sinónimos.

² Terminologicamente, o termo recursos minerais é usado para nos referimos a todos os recursos minerais sólidos, líquidos ou gasosos existentes no leito do mar ou no seu subsolo, incluindo os nódulos polimetálicos, em conformidade com o estabelecido no artigo 133.º da CNUDM.

³ O direito de soberania dos Estados sobre os recursos naturais é um princípio de Direito Internacional sobretudo desde a Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) n.º 1803, de 14 de dezembro de 1962.

⁴ Miguel Galvão TELES, «Espaços marítimos, delimitação e colisão de direitos», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Armando Marques Guedes*, Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, 2004, p. 635, é defensor que a sobreposição de títulos no espaço marítimo corresponde a um concurso de direitos com colisão. Nas suas palavras “*Há concurso de direitos porque os direitos dos dois ou vários Estados incidem sobre o mesmo objeto. Há colisão porque os direitos não são configurados em contitularidade, mas como direitos exclusivos – os direitos dos outros constituem um obstáculo ‘exterior’ a cada direito*”. Para Nuno Marques ANTUNES, *Towards the conceptualization of Maritime Delimitation – Legal and Technical Aspects of Political Process*, Leiden-Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2003, p. 138, a sobreposição de títulos marítimos consubstancia um concurso de direitos.

⁵ Ver nota anterior.

exploração e aproveitamento dos recursos naturais existentes no Mar de Timor e que a delimitação marítima permanente fosse preterida.

Após a reconstituição das circunstâncias históricas e jurídicas que deram origem ao regime estabelecido entre a Austrália e a Indonésia para o Mar de Timor⁶ e cuja compreensão é essencial para o enquadramento do regime ora em vigor, a presente dissertação analisa, à luz do Direito Internacional, o atual regime temporariamente acordado para o Mar de Timor assente nos três tratados bilaterais⁷ celebrados após a independência do Estado timorense.

As considerações tecidas são feitas tendo por base as normas e os princípios da CNUDM e a evolução da jurisprudência do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), no que se refere à delimitação marítima permanente da plataforma continental e da zona económica exclusiva (ZEE) entre Estados com costas opostas. O carácter temporário e a desconformidade do regime acordado face às normas da CNUDM e da orientação do TIJ leva-nos, também, a determinar os princípios e os métodos que consideramos adequados para a delimitação permanente da fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália, tendo em vista a obtenção de uma solução equitativa nos termos ditados pelo Direito do Mar.

⁶ A delimitação da fronteira entre Timor-Leste e a Indonésia está fora do objeto da presente dissertação, sendo apenas feita uma breve referência à mesma, relativamente à delimitação da fronteira lateral do Mar de Timor, por tal se mostrar essencial, para a apreciação crítica do regime atualmente em vigor. Para mais desenvolvimentos sobre esta temática vide João MATOS, *Fronteiras Terrestres, Conceitos e aplicações, Inclui processo de demarcação da fronteira terrestre entre a Indonésia e Timor-Leste*, Lisboa, Lidel edições técnicas, 2012.

⁷ Sobre a diferença terminológica entre tratado, convenção e acordo, vide Joaquim Silva CUNHA, Maria da Assunção do Vale PEREIRA, *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004, p. 221.

CAPÍTULO II – Antecedentes históricos do regime atual estabelecido para o Mar de Timor: 1972 -2002

1. Dos tratados internacionais celebrados entre a Austrália e a Indonésia

1.1 O Tratado de 1971 e o Tratado de 1972

O território terrestre de Timor-Leste é formado pela parte oriental da ilha de Timor, o enclave do Oe-Cusse Ambeno, a ilha de Ataúro e o ilhéu de Jaco⁸, conforme delimitado historicamente entre Portugal e os Países Baixos⁹, pelo Tratado de demarcação e troca de algumas possessões portuguesas e neerlandesas no arquipélago de Solor e Timor, celebrado, a 20 de abril de 1859 e pela Convenção para a demarcação das possessões portuguesas e neerlandesas na ilha de Timor, assinada em 1 de outubro de 1904^{10 11}.

A delimitação histórica cingiu-se à fronteira terrestre e não abrangeu as fronteiras marítimas que, até à data, se encontram ainda concretamente por delimitar, atento o facto de tanto Timor-Leste como a Austrália reclamarem¹² unilateralmente o exercício

⁸ Os limites do território terrestre estão definidos no artigo 4.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, (CRDTL).

⁹ O princípio *uti possidetis juris*, expresso no artigo 11.º da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, assinada em Viena, a 23 de agosto de 1978 (CVSEMT), foi considerado princípio de direito consuetudinário geral, quanto à delimitação de fronteiras terrestres para Estados descolonizados, conforme decorre do entendimento do TIJ, no caso da disputa fronteiriça entre o *Burkina Faso e a República do Mali*, 1986, pp. 19-26, para. 20-32, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/69/6447.pdf>, onde o TIJ se referiu à intangibilidade das fronteiras herdadas do processo de descolonização. Para mais desenvolvimentos sobre este princípio, vide Ian BROWNLIE, *The Rule of Law in International Affairs, International Law at the Fiftieth Anniversary of the United Nations*, The Hague, Martinus Nijhoff Publishers, 1998, pp. 55-59, e ainda, Luis Ignacio SANCHES RODRIGUEZ, «L'uti possidetis: Application à la délimitation maritime», in *Le Processus de Délimitation Maritime Etude D'un Cas Fictif, Colloque International Monaco*, Institut du Droit Économique de la Mer, 2003, pp. 303-315.

¹⁰ João MATOS, Op. Cit., pp. 123, 128.

¹¹ O texto do Tratado de 1959 está disponível em João MATOS, Op. Cit., pp. 134 -137 e o da Convenção em Jorge Bacelar GOUVEIA, *Timor-Leste Textos Jurídicos Fundamentais*, 2.ª ed., aum., Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL), 1993, p. 81.

¹² Vide o artigo 8.º da Lei n.º 7/2002, de 24 de agosto, *sobre as Fronteiras Marítimas do Território da República Democrática de Timor-Leste*, Jornal da República Democrática de Timor-Leste (JRDTL), (consultado a 22 de fevereiro 2013), disponível em: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=105>. A Austrália foi a primeira a reclamar jurisdição sobre o Mar de Timor, através do *Pearl Fisheries Act* de 1953, (consultado a 14 de março de 2013), disponível em: <http://www.comlaw.gov.au/Details/C1953A00038>; do *Petroleum (Submerged Lands) Act*, de 1967 (consultado a 14 de março de 2013), disponível em: <http://www.comlaw.gov.au/Details/C1967A00118>; e do *Seas and Submerged Lands Act*, de 1973, (consultado a 14 de março de 2013), disponível em:

de direitos soberanos e jurisdição sobre áreas sobrepostas do Mar de Timor e não se ter chegado a um acordo definitivo sobre a delimitação da jurisdição de cada um dos Estados.

O atual regime estabelecido para o Mar de Timor começou a ser determinado primeiramente, entre a Austrália e a Indonésia na década de setenta, quando foram assinados dois tratados internacionais entre ambos os países. A 18 de maio de 1971 foi assinado o primeiro acordo entre a Austrália e a Indonésia para o estabelecimento de certas fronteiras submarinas no Mar de Arafura¹³, entre a província indonésia de Irian Java e a Austrália, logo seguido do acordo suplementar celebrado a 9 de outubro de 1972¹⁴, destinado a delimitar a fronteira marítima na parte do Mar de Arafura não coberto pelo Acordo de 1971 e no Mar de Timor¹⁵.

O Acordo de 1972 delimitou a fronteira para o Mar da Arafura no espaço marítimo compreendido entre a região de Arnhem na Austrália e a ilha de Tanimbar, correspondente ao ponto A12 (onde terminava a fronteira estabelecida em 1971) até ao ponto A16, relativo ao extremo oriental da ilha de Timor¹⁶. Do lado correspondente ao Mar de Timor, a fronteira marítima foi acordada entre os pontos A17 (correspondente

http://www.austlii.edu.au/au/legis/cth/consol_act/sasla1973207/. Desde a legislação de 1967, era já reclamada, pela Austrália, soberania sobre uma *área adjacente*, que se estendia até à costa do sul do *Timor Trough*, com o objetivo de proceder à exploração e aproveitamento dos recursos naturais aí existentes. Vide Alexander J. MUNTUN, *A Study of the Offshore Petroleum Negotiations between Australia, the U.N. and East Timor*, Australian National University Canberra, Department of International Relations, Research School of Pacific & Asian Studies, 2006, p. 58; e Nuno Marques ANTUNES, *Towards...*, Op. Cit., p. 355. Em 1994, através da divisão 1 da Parte II do *Maritime Legislation Amendment Act*, (consultado a 14 de março de 2013), disponível em: <http://www.comlaw.gov.au/Details/C2004A04696>, a Austrália veio alterar, o *Seas and Submerged Lands Act*, de 1967, de forma a reclamar, de acordo com o Direito do Mar, a sua ZEE.

¹³ O título completo do Acordo é «*Agreement between the Government of the Commonwealth of Australia and the Government of the Republic of Indonesia establishing Certain Seabed Boundaries*», (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-IDN1971SB.pdf>.

¹⁴ O título completo do Acordo é «*Agreement between the Government of the Commonwealth of Australia and the Government of the Republic of Indonesia Establishing Certain Seabed Boundaries in the Area of the Timor and Arafura Sea, Supplementary to the Agreement of 18 May 1971*», (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-IDN1972TA.pdf>.

¹⁵ Ambos os Acordos entraram em vigor a 8 de novembro de 1973.

¹⁶ Anthony HEISER, «East Timor and the Joint Petroleum Development Area», in *Australian and New Zealand Maritime Law Journal*, vol. 17, 2003, p. 57.

ao ponto terminal sul da fronteira terrestre do atual território de Timor-Leste) e A23 (correspondente ao extremo ocidente da ilha de Rote)¹⁷.

Estes Tratados, para além de delimitarem a fronteira frontal entre a Austrália e a Indonésia, deram consequente e implicitamente origem ao estabelecimento de fronteiras laterais da ilha de Timor, entre o atual território de Timor-Leste e a Indonésia. Tais linhas laterais foram traçadas com base nas chamadas “*linhas equidistantes simplificadas*”¹⁸ nos pontos A16¹⁹ e A17²⁰, mas cujos limites são obviamente inoponíveis a Timor-Leste, precisamente por não envolverem na sua definição Portugal, à data, potência administrante do território não autónomo. Por este motivo, estes dois Tratados enquanto *res inter alios acta* não afetam a atual posição autónoma de Timor-Leste²¹, protegida pela regra do *pacta tertiis nec nocet nec prosunt*, constante dos artigos 34.º e 35.º da Convenção de Viena do Direito dos Tratados de 1969 (CVDT), segundo a qual um tratado não cria nem obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o consentimento deste último²².

É o próprio Acordo de 1972 que, no artigo 3.º, vem permitir e reconhecer a possibilidade de reajustamentos das fronteiras laterais decorrentes de um eventual acordo entre as entre os dois Estados²³, admitindo-se a possibilidade das mesmas virem a ser acordadas (favoravelmente à parte oriental da ilha) entre os pontos A15 e A18.

¹⁷ Anexo I - Mapa com a delimitação das fronteiras estabelecidas pelo Acordo de 1971 e 1972.

¹⁸ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, «*Sobre as fronteiras marítimas de Timor-Leste*», abril 2002, para. 16, (consultado a 25 de janeiro de 2013), disponível em <http://www.petrotimor.com/img/lglpPT.pdf>.

¹⁹ O ponto A 16 corresponde à linha oriental traçada entre um ponto situado entre Timor-Leste e a ilha Indonésia de Leti.

²⁰ Diz respeito à linha lateral ocidental traçada a partir de talvegue Moti Masin.

²¹ Nuno Marques ANTUNES, «Spatial Allocation of Continental Shelf Rights in the Timor Sea: Reflections on Maritime Delimitation and Joint Development», in *The Centre for Energy, Petroleum and Mineral Law and Policy, Internet Journal*, University of Dundee, vol. 13, 2003, p. 5, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.dundee.ac.uk/cepmlp/journal/html/Vol13/article13-13.pdf>.

²² Rosa Maria Martins ROCHA, «O Costume e a Convenção do Direito do Mar de 1982», in *Estudos em Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*, Porto, Fundação Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999, p. 658.

²³ Apesar desta cláusula de salvaguarda, os dois Tratados Internacionais celebrados delimitam, de forma permanente, a fronteira marítima entre a Austrália e a Indonésia ao contrário do que, como veremos, vai suceder com o Tratado do *Timor Gap*.

Os instrumentos internacionais *supra* referidos eram aplicáveis apenas à delimitação da fronteira marítima estabelecida entre a Austrália e a parte ocidental da ilha de Timor, correspondente ao território indonésio, na medida em que a parte oriental, atualmente correspondente ao território de Timor-Leste estava, à data, sob administração portuguesa²⁴.

Durante esse período Portugal, no uso da sua prerrogativa de *ius tractuum*, recusou negociar com a Austrália²⁵, um acordo internacional relativo às fronteiras marítimas para a parte oriental da ilha de Timor. Deste facto resultou aquilo que ficou conhecido como o *Timor Gap*, visível no intervalo entre os pontos A16 e A17 compreendendo a distância aproximada de 130 milhas náuticas²⁶.

1.2 O Tratado do *Timor Gap*

A ocupação ilegal²⁷ da Indonésia do território de Timor-Leste, a 7 de dezembro de 1975, após a sua declaração unilateral de independência face a Portugal, ocorrida em 28 de novembro de 1975, veio trazer novos desenvolvimentos no regime do Mar de Timor e a subsequente declaração formal de integração de Timor-Leste como 27.^a província da Indonésia, a 17 de julho de 1976²⁸, abriu caminho para a negociação de um novo tratado entre a Indonésia e a Austrália²⁹.

²⁴ Vide a Lei n.º 7/75, de 17 de julho, do Conselho da Revolução.

²⁵ Nuno Sérgio Marques ANTUNES, «*Spatial (...)*», Op. Cit., p. 7 e, ainda, Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 9.

²⁶ Anexo II – Mapa da zona marítima conhecida como *Timor Gap*.

²⁷ A Resolução da Assembleia Geral da ONU n.º 1514, de 14 de dezembro de 1960, intitulada *Declaração sobre concessão de independência aos 'países' coloniais e povos*, qualificou Timor-Leste, como 'território não-autónomo', sob administração portuguesa e reconheceu o seu direito à autodeterminação. Após a invasão da Indonésia, a Assembleia Geral da ONU voltou a aprovar, entre outras, a Resolução n.º 3485, de 12 de dezembro de 1975, na qual reconheceu, novamente, o direito do povo timorense à autodeterminação e exortou o governo da Indonésia a retirar as suas forças da parte oriental da ilha de Timor. Orientação semelhante seguiu o Conselho de Segurança da ONU, através da aprovação de duas Resoluções, respetivamente, n.º 384 de 22 de dezembro de 1975 e n.º 389, de 22 de abril de 1976.

²⁸ A integração do território de Timor-Leste no Estado Unitário da Indonésia e a sua constituição como 27.^a província, deu-se pela Lei da República da Indonésia n.º 7 de 1976, de 17 de julho, revogada pelo Parlamento Indonésio, a 10 de outubro de 1999. Vide Patrícia Galvão TELES, «Autodeterminação em Timor-Leste: Dos Acordos de Nova Iorque à Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999», in *Documentação e Direito Comparado* n.ºs 79-80, maio de 2000, p. 421.

²⁹ Não cabe no âmbito da presente dissertação discutir a eventual nulidade do Tratado do *Timor Gap*, embora não existam dúvidas que a conduta da Austrália, ao reconhecer a ocupação Indonésia da parte

Os dois acordos estabelecidos entre a Austrália e a Indonésia em 1971 e 1972 foram complementados pelo Tratado do *Timor Gap*³⁰, assinado a 11 de dezembro de 1989³¹, que tinha como objetivo inicial definir e delimitar a fronteira marítima para a parte oriental da ilha de Timor não abrangida pelo regime previamente instituído pelo acordo de 1972³².

O Tratado do *Timor Gap* veio, assim, resolver a lacuna deixada em 1972 e representou, mais uma vez, um reconhecimento de direito, por parte da Austrália, da anexação do território de Timor-Leste pela Indonésia³³.

Tendo-se frustrado, porém, as negociações para a assinatura de um acordo que delimitasse, de forma permanente, a fronteira marítima, uma vez que ambos os Estados reclamavam jurisdição e direitos de soberania sobre áreas sobrepostas, o Tratado do *Timor Gap*³⁴ acabou apenas por criar uma Zona de Cooperação (ZOC) entre as partes e

oriental da ilha de Timor, violou claramente o Direito Internacional. Para mais considerações, vide Maria João Caramelo MOREIRA, *Timor-Leste e o Direito do Mar uma questão de justiça*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1999, p. 100.

³⁰O título original do Tratado é «*Treaty between Australia and Republic of Indonesia on the Zone of Cooperation in an Area between the Indonesian Province of East Timor and Northern Australia*», (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/1991/9.html>.

³¹ Numa cerimónia a bordo de um avião australiano que sobrevoava a zona do *Timor Gap*.

³² Durante o período das negociações do Tratado do *Timor Gap*, Portugal, na qualidade de potência administrante do território não autónomo de Timor-Leste, nos termos do artigo 73.º da Carta da ONU, várias vezes chamou a atenção para o direito de autodeterminação de Timor-Leste que estava a ser violado com a assinatura de tal Tratado tendo, inclusive, interposto contra a Austrália, a 22 de fevereiro de 1991, uma ação de responsabilidade internacional no TIJ que viria a ser designada pelo tribunal como 'o caso de Timor-Leste'. Vide TIJ, caso Timor-Leste, (consultado a 22 de fevereiro de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/84/6949.pdf>. Portugal invocou a ilicitude do Tratado do *Timor Gap*, alegando que o mesmo ofendia o direito do povo timorense à autodeterminação, solicitando ao TIJ que declarasse a oponibilidade de tal direito à Austrália e a soberania de Timor-Leste sobre os seus recursos naturais. Pese embora a Austrália e Portugal tivessem, à data, aceite a jurisdição do TIJ, o mesmo não sucedia com a Indonésia, o que levou o Tribunal a não analisar a questão colocada por Portugal por considerar essencial, segundo a doutrina do *Ouro Monetário*, que a Indonésia tivesse aceite a sua prévia jurisdição, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Estatuto do TIJ. Ficou célebre o acórdão do TIJ, pelo menos, por considerar o direito *erga omnes* do povo timorense à autodeterminação. Vide Miguel Galvão TELES, «Timor Leste», in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 2.º Suplemento, Lisboa, Gráfica do Areeiro, 2001, p. 622 e, ainda, sobre o conceito de obrigações internacionais com carácter *erga omnes*, Maurizio RAGAZZI, *The Concept of International Obligations Erga Omnes*, Oxford, Clarendon Press Oxford, 1997.

³³ O reconhecimento, *de facto*, da integração de Timor-Leste na Indonésia foi feito, a 20 de janeiro de 1978, e o reconhecimento, *de jure*, ocorreu em dezembro de 1978, através de uma declaração formal do Ministro dos Negócios Estrangeiros Australiano. Vide Miguel GALVÃO TELES, «Timor-Leste», Op. Cit., p. 579.

³⁴ Que entrou em vigor a 9 de fevereiro de 1991.

permitir o estabelecimento de um regime provisório e de caráter prático para a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais da plataforma continental, sem prejuízo da delimitação posterior da fronteira marítima entre os dois Estados. Ao contrário do Acordo de 1972, que delimitou a fronteira marítima entre os dois Estados de uma forma permanente, o Tratado do *Timor Gap* assume-se como um acordo provisório³⁵ destinado apenas a permitir a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais existentes no Mar de Timor. Adicionalmente, o Tratado criou um regime de cooperação ao nível da administração fiscal e alfândegas, proteção ambiental, investigação científica, saúde, segurança, busca e salvamento, prestação e serviços de controlo de tráfego aéreo, formação de trabalhadores, entre outros.

Mantendo os limites laterais fronteiriços do Acordo de 1972, a ZOC estabelecida pelo Tratado do *Timor Gap* foi dividida em três áreas distintas: A, B, e C³⁶.

A zona A era a única área de aproveitamento e exploração conjunta dos recursos minerais, ficando a zona B e C sujeitas, respetivamente, à exploração e aproveitamento exclusivo pela Austrália e pela Indonésia, tendo cada uma das partes que pagar à outra, 10% das receitas fiscais obtidas na sua área de aproveitamento e exploração exclusiva.

A área B, mais próxima da costa da Austrália e delimitada a sul por uma linha de 200 milhas náuticas, contadas a partir da costa do atual território de Timor-Leste e a norte pela linha mediana, estabelecia o limite máximo dos limites da jurisdição da Indonésia para o estabelecimento da ZEE e da plataforma continental.

A área C, mais próxima da costa do atual território de Timor-Leste era delimitada a norte por “uma linha simplificada do eixo batimétrico do *Timor Trough* e, a sul, por uma linha simplificada da isóbata de 1500 metros”³⁷ estabelecia os limites máximos da jurisdição Australiana, quer para o estabelecimento da ZEE quer para a plataforma continental.

A área A, com aproximadamente 35,000 km², abrange a totalidade da plataforma continental situada a norte da linha mediana, entre a Austrália e Timor-Leste, até à isóbata de 1.500 existente ao longo do *Timor Trough*³⁸. Trata-se de uma zona de

³⁵ O Tratado foi assinado por um período inicial de 40 anos com possibilidade de prorrogação por mais 20.

³⁶ Anexo III – Mapa com a delimitação da ZOC estabelecida pelo Tratado do *Timor Gap*.

³⁷ Miguel Galvão TELES, «Timor-Leste», Op. Cit., p. 580.

³⁸ Alexander J. MUNTON, Op. Cit., p. 83.

exploração e aproveitamento conjunto dos recursos minerais onde as receitas da sua venda eram repartidas de forma igualitária, tal como estabelece a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Tratado.

À data da sua celebração o Tratado do *Timor Gap* foi considerado um dos mais célebres e mais avançados acordos de aproveitamento conjunto³⁹ tendo servido de exemplo para outros acordos semelhantes⁴⁰ dada a sua completude ao nível da cooperação entre as partes⁴¹.

2. Do regime provisório estabelecido pela UNTAET

A independência do Estado timorense⁴², após o referendo de 1999⁴³, culminou no estabelecimento da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

³⁹ Foi na sequência da aprovação de vários acordos de aproveitamento conjunto de recursos minerais existentes nas plataformas continentais, que o *British Institute of International and Comparative Law* publicou, em 1989, um estudo aprofundado sobre este instituto apresentando um modelo base a ser usado pelos Estados, Vide Maurice BATHURST (Dir), Hazel FOX, *et al.* (research team), *Joint Development of Offshore Oil and Gas. A Model Agreement for States for Joint Development with Explanatory Commentary*, London, The British Institute of International and Comparative Law, 1989. Em 1990, o mesmo instituto publicou um volume específico relativo às conclusões da conferência realizada após o lançamento do estudo, onde se faz alusão específica ao *Tratado do Timor Gap*. Vide Hazel FOX (edit.), *Joint Development of Offshore Oil and Gas. Volume III. The Institute Revised Model Agreement, Conference Papers. The Australia /Indonesia Zone of Co-operation Treaty 1989*, London, The British Institute of International and Comparative Law, 1990.

⁴⁰ Vasco BECKER-WEINBERG, *Os Acordos de Aproveitamento Conjunto de Depósitos de Hidrocarbonetos nas Plataformas Continentais*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 2008, p. 103.

⁴¹ A Austrália e a Indonésia assinaram, a 14 de março de 1997, um novo Tratado, cujo título completo do Tratado é «*Treaty between the Government of Australia and the Government of the Republic of Indonesia establishing an Exclusive Economic Zone Boundary and Certain Seabed Boundaries 14 March 1997*», (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-IDN1997EEZ.pdf>, para a delimitação da fronteira marítima, abrangendo a delimitação da ZEE e da plataforma continental, no Mar de Arafura e na parte do Mar de Timor não abrangida pelo Tratado do *Timor Gap*. Este Tratado nunca chegou, porém, a entrar em vigor, vide Australian Treaty Series (not yet in force), (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/notinforce/1997/4.html>.

⁴² Sobre alguns aspetos jurídicos da questão de Timor, vide Jorge MIRANDA, (org.) *Timor e o Direito*, Lisboa, AAFDL, 2001, Paula ESCARAMEIA, *O Direito Internacional Público nos Princípios do Século XXI*, Coimbra, Almedina, 1999 e, ainda, *International Law and the Question of East Timor*, Catholic Institute for International Relations and International Platform of Jurists for East Timor, 1992.

⁴³ A UNTAET, sucedeu à Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET), que tinha como missão a organização da consulta popular do povo de Timor-Leste, criada pela Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1246, de 11 de julho de 1999.

(UNTAET)⁴⁴, pela Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1272 (1999) e na saída do Estado indonésio da parte oriental da ilha de Timor e do Tratado do *Timor Gap*⁴⁵. Com esta retirada ficou em aberto novamente o “gap” existente no Mar de Timor, o que levantava problemas quanto à continuidade das licenças de exploração e aproveitamento concedidas na ZOC.

A este respeito cumpre referir que Timor-Leste não é considerado como Estado sucessor da Indonésia, nem à luz da CVDT nem à luz da CVSEMT tendo, a própria CRDTL realçado, indiretamente, tal facto nos artigos 158.º e 165.º, na parte em que não reconhece a validade de quaisquer atos ou contratos relativos aos recursos naturais do solo, do subsolo, das águas territoriais, da plataforma continental e da ZEE, celebrados ou praticados antes da entrada em vigor da Constituição⁴⁶.

Como forma de dar continuidade à exploração e aproveitamento da ZOC, durante o período transitório, foi efetuada uma troca de notas e assinado um Memorando de Entendimento⁴⁷, entre a Austrália e a UNTAET, datado de 10 de fevereiro de 2000,

⁴⁴ O nome original em inglês que dá origem à sigla é *United Nations Transitional Administration in East Timor*.

⁴⁵ Implicou também a necessidade de delimitação da fronteira terrestre com a Indonésia. Para a delimitação da fronteira terrestre, a UNTAET assinou com o Governo indonésio, em julho de 2000, um Acordo Internacional sobre a constituição de uma Comissão Fronteiriça Conjunta, tendo posteriormente assinado, em abril de 2005, um Acordo Provisório entre os dois países sobre a delimitação da fronteira terrestre. Para mais desenvolvimentos, vide João MATOS, Op. Cit., pp. 121-122, 158-180, Patrícia JERÓNIMO, Direito Internacional Público, O Regime Internacional dos Espaços, Sumários Desenvolvidos, 2009, p. 9, (consultado a 28 janeiro de 2013), disponível em: www.fup.pt/files/biblioteca/pdf/10_pdf_eqvtfg4kis2c_livro_dip_espacos.pdf e, ainda, Sobar SUTISNA e Sri HANDOYO, *Delineation and Demarcation of the Land Borders in Timor: Indonesian Perspective*, (consultado a 28 de janeiro de 2013), disponível em: <http://bakosurtanal.go.id/bakosurtanal/assets/News/Artikel-pdf/Paper%20IBRU%20Bangkok.pdf>.

⁴⁶ Para mais desenvolvimentos, vide Marta Chantal RIBEIRO, «O Tempo na Cessação da Vigência dos Tratados: (Tratado CECA, 1951; Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar, 1958; Tratado do ‘Timor Gap’, 1989)», in *V Encontro de Professores de Direito Público, O Tempo e o Direito Público*, 4.ª sessão *O Tempo e o Direito Internacional Europeu*, 2012, p. 183, (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: http://icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_encontrodp_final2.pdf. Em particular sobre a sucessão de Estados, vide Malcolm N. SHAW, *International Law*, 4th ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 677-694.

⁴⁷ O título original da troca de notas é «*Exchange of Notes constituting an Agreement between the Governments of Australia and the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) concerning the continued Operation of the Treaty between Australia and the Republic of Indonesia on the Zone of Cooperation in an Area between the Indonesian Province of East Timor and Northern Australia of 11 December 1989*» e o título original do Memorando de Entendimento é «*Memorandum of Understanding between the Government of Australia and the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), acting on behalf of East Timor, on Arrangements relating to the Timor Gap Treaty*», (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/2000/9.html>.

através dos quais a UNTAET, em representação do Estado de Timor-Leste, assumiu os direitos e as obrigações da Indonésia no Tratado do *Timor Gap*⁴⁸, com efeitos a partir de 25 de outubro de 1999 e até à independência de Timor-Leste⁴⁹, momento a partir do qual, caberia ao futuro governo timorense decidir sobre os termos de um novo tratado⁵⁰.

O regime do Tratado do *Timor Gap* manter-se-ia então, provisoriamente, em vigor⁵¹ durante o período da administração transitória, permitindo a continuidade das operações de exploração e aproveitamento no Mar de Timor deixando, porém, pendente a adoção de uma solução definitiva para ser acordada com o novo Estado de Timor.

É face a esta necessidade que, a 5 de julho de 2001, foi assinado entre a Austrália e a UNTAET, outro Memorando de Entendimento⁵², que reafirmou a intenção de manutenção do modelo de aproveitamento conjunto apresentando, para o efeito, um anexo, intitulado *Arranjos no Mar de Timor*, que constituía um primeiro projeto de tratado a ser discutido e, nos termos do memorando, *adequado* a ser assinado com o novo Estado de Timor-Leste e cujos termos seriam, essencialmente, reproduzidos no Tratado do Mar de Timor.

3. O enquadramento histórico e jurídico do regime estabelecido para o Mar de Timor

3.1 Considerações preliminares

A delimitação da fronteira marítima permanente decorrente do Acordo de 1971 para o Mar de Arafura foi feita com base no princípio da equidistância, inexistindo quanto a

⁴⁸ Esta troca de notas não representou, conforme decorre da mesma, um reconhecimento por parte da UNTAET, da validade da integração de Timor-Leste na Indonésia.

⁴⁹ Nuno Marques ANTUNES, «Spatial (...)», Op. Cit., p. 12.

⁵⁰ Decorreram, entre março de 2000 e julho de 2001, as negociações entre a Austrália e a UNTAET para a assinatura do Tratado do Mar de Timor. Vide Alexander J. MUNTUN, Op. Cit., p. 128.

⁵¹ Manteve-se, também, em vigor a legislação indonésia relevante e os ofícios do Conselho Ministerial e da Autoridade Conjunta, criados pelo Tratado do *Timor Gap*. Foram, porém, afastadas todas as disposições do Tratado incompatíveis com a nova situação, nomeadamente aquelas relativas à formação e contratação de trabalhadores.

⁵² O título original do Memorando de Entendimento é «*Memorandum of Understanding of Timor Sea Arrangement*», (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/special/MOUTSA.html>.

esta delimitação, qualquer divergência entre a Indonésia e a Austrália⁵³. O mesmo não se diga quanto à delimitação prevista no Acordo de 1972, que não obedeceu ao princípio da equidistância e cujos termos, influenciaram o Tratado do *Timor Gap*. A linha divisória estabelecida em 1972 foi traçada mais a norte, próximo do território de Timor-Leste, a sul do *Timor Trough*, dividindo desproporcionalmente o Mar de Timor e garantindo, dessa forma, à Austrália 20,000 km² adicionais, daqueles que resultariam se o critério usado tivesse sido o da linha mediana. Esta situação permitiu à Austrália manter as licenças de exploração e aproveitamento emitidas ao abrigo da sua legislação interna de 1967 que se estendiam para além da linha mediana⁵⁴⁵⁵.

As linhas traçadas, posteriormente, no Tratado do *Timor Gap* para o estabelecimento da ZOC, refletiram um compromisso entre os dois Estados que vai muito além dos critérios jurídicos e onde, para além das questões políticas e históricas, as características geomorfológicas da plataforma continental foram determinantes.

Desta forma, a compreensão do regime historicamente estabelecido para o Mar de Timor tem de ser analisado à luz do entendimento da época sobre a plataforma continental, decorrente da Proclamação de Truman de 1945, da Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, assinada em Genebra, a 29 de abril de 1958 (Convenção de Genebra), do acórdão do TIJ sobre a Plataforma Continental do Mar do Norte de 1969 e do critério do prolongamento natural, que nos permitem traçar uma compreensão histórica e evolutiva de um regime, muito embora histórico, com reflexos atuais.

⁵³ A 18 de dezembro de 1978, a Austrália celebrou, também, com a Papua-Nova Guiné um tratado internacional que estabeleceu os limites marítimos na região do estreito de Torres, com base no princípio da equidistância e da partilha equitativa dos depósitos comuns de minério. O nome original do tratado é «*Treaty between Australia and the Independent State of Papua New Guinea concerning sovereignty and maritime boundaries in the area between the two countries, including the area known as Torres Strait, and related matters, 18 December 1978*», (consultado a 9 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-PNG1978TS.PDF>.

⁵⁴ Alexander J. MUNTON, Op. Cit., p. 69.

⁵⁵ Note-se, a este respeito, que a linha divisória da coluna de água acordada no Tratado de 1997 (vide nota 41) foi feita com base na linha mediana, o que teria levado à divisão do Mar de Timor em duas áreas distintas se o referido Tratado tivesse entrado em vigor. Vide David ONG, «The New Timor Sea Arrangement 2001: Is Joint Development of Common Offshore Oil and Gas Deposits Mandated under International Law?», in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, vol. 17 (1) January 2002, p. 86.

3.2 A Proclamação de Truman de 1945

A procura por novas fontes energéticas no período pós Segunda Guerra Mundial levou vários Estados a direcionarem a sua atenção para os potenciais recursos naturais contidos no leito do mar⁵⁶. Foi neste sentido que os Estados Unidos da América proferiram, unilateralmente, a 28 de setembro de 1945, a Proclamação de Truman, defendendo o direito do Estado costeiro de exercício de jurisdição e controlo sobre os recursos naturais existentes na plataforma continental adjacente ao seu território, que constituía, nos termos da proclamação, uma extensão física da massa terrestre do território costeiro.

Da Proclamação de Truman decorre, igualmente, que a delimitação da plataforma continental entre Estados com costas opostas ou adjacentes deve ser acordada segundo princípios equitativos.

No entendimento do TIJ, manifestado a propósito do Caso da Plataforma do Mar do Norte de 1969, a Proclamação de Truman marcou o início da construção jurídica do conceito da plataforma continental⁵⁷. A partir daqui, o Estado costeiro passa a ter um direito original, natural e exclusivo⁵⁸ sobre a plataforma continental, precisamente, por esta ser considerada como parte integrante do território costeiro. A proclamação feita pelos Estados Unidos da América foi seguida por vários Estados⁵⁹, inclusive pela Austrália⁶⁰, que foi dos primeiros países a emanar legislação sobre exploração e aproveitamento dos recursos naturais na plataforma continental, assegurando, não só o controlo das pescas, como a emissão de licenças de exploração e aproveitamento,

⁵⁶ O primeiro tratado internacional sobre a exploração da plataforma continental foi celebrado entre a Venezuela e a Grã-Bretanha (potência administrante de Trindade e Tobago), a 26 de fevereiro de 1942, que versava sobre as áreas submarinas do golfo de Paria onde se julgava haver petróleo. Vide “EMEPC – FDUP – CIMAR”, *Aspetos Jurídicos e Científicos da Extensão da Plataforma Continental*, Lisboa, EMEPC, 2006, p. 21.

⁵⁷ Como ensina Marques Guedes, já desde o século XVIII que pelas mãos do geógrafo Marsigli se conhece o conceito de plataforma continental. Vide Armando Marques GUEDES, *Direito do Mar*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora 1998 p. 38.

⁵⁸ TIJ, *Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte de 1969*, p. 34, para. 47 (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/51/5535.pdf>.

⁵⁹ A partir daqui vários foram os Estados, sobretudo na América do sul, que unilateralmente proferiram declarações no mesmo sentido: México e Cuba (1945), Argentina (1946), Chile, Perú e Equador (1947), Costa Rica (1948) e Brasil (1950).

⁶⁰ Daniel Patrick O’CONNEL, *The International Law of the Sea*, Oxford, Oxford University Press/Clarendon Press, Edited by I. A. Shearer LL.M. S.J.D, 1982 p. 499.

através da publicação dos já referidos *Pearl Fisheries Act* de 1953 e *Petroleum (Submerged Lands) Act* de 1967.

3.3 A Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental de 1958

À data da celebração do Acordo de 1971 e do Tratado do *Timor Gap* de 1989 estava em vigor, desde 10 de junho de 1964, a Convenção de Genebra, ratificada pela Austrália, a 14 de maio de 1963 e assinada (embora não ratificada) pela Indonésia, a 8 de maio de 1958⁶¹.

Elaborada com base no projeto apresentado pela Comissão de Direito Internacional, mandatada para estudar as reivindicações dos Estados sobre a plataforma continental, este foi o primeiro instrumento jurídico internacional que, para além de positivar o conceito de plataforma continental, veio estabelecer as regras para a sua delimitação entre Estados com costas frente a frente.

Em termos de delimitação da plataforma continental entre Estados com costas opostas, a Convenção de Genebra veio consagrar, no artigo 6.º, que a mesma deve ser determinada, primeiramente, por acordo entre os Estados envolvidos e, na falta deste, pela linha mediana através de uma operação aritmética de divisão do território marítimo em partes iguais, a menos que circunstâncias especiais justifiquem outra delimitação.

Em termos conceptuais, a Convenção de Genebra veio definir juridicamente, na alínea a) do artigo 1.º, o conceito de plataforma continental como “*O leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas situadas fora do mar territorial até uma profundidade de 200m ou, para além deste limite, até ao ponto onde a profundidade das águas sobrejacentes permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões*”.

Esta definição, pese embora venha positivar juridicamente o conceito de plataforma continental, acabou por ser pouco precisa e objetiva, contendo a chamada “*open ended clause*”⁶², uma vez que estabeleceu dois critérios para a determinação do limite externo da plataforma continental: o critério da profundidade, segundo o qual o limite externo

⁶¹ United Nations Treaty Collection, “*Convention on the Continental Shelf*” (consultado a 9 de janeiro de 2012), disponível em: http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=UNTS&tabid=2&mtdsg_no=XXI-4&chapter=21&lang=en#Participants.

⁶² António SOARES, «Plataforma Continental – seus limites à luz da Convenção de Montego Bay», in *Revista do Ministério Público*, n.º 38, ano 10º, abril-junho 1989, p. 24.

da plataforma continental decorre, *tout court*, da isobatimétrica de 200 metros e o critério da explorabilidade, que faz depender o limite exterior da plataforma continental das possibilidades tecnológicas de exploração dos recursos naturais nela existentes.

A introdução do critério da explorabilidade acabou por tornar ineficaz o limite da profundidade dos 200 metros⁶³ e foi uma das maiores fragilidades⁶⁴ da Convenção de Genebra, porque condicionou a delimitação exterior da plataforma continental à capacidade de exploração tecnológica do Estado costeiro⁶⁵, o que permitiu aos Estados com capacidade tecnológica avançada a exploração da totalidade dos fundos marinhos em detrimento dos Estados desfavorecidos tecnologicamente.

Foi na sequência de várias críticas e discussões em torno da noção jurídica e geomorfológica⁶⁶ de plataforma continental, constante do artigo 1º da Convenção de Genebra, que este conceito viria a ser alterado posteriormente na CNUDM.

De certa forma, a falta de precisão da definição do conceito de plataforma continental e, sobretudo, a sua associação ao conceito de explorabilidade vieram funcionar a favor da Austrália no processo de negociação com a Indonésia. Na verdade, à data da assinatura Acordo de 1972 e do Tratado do *Timor Gap*, a abrupta depressão existente no Mar de Timor, conhecida como *Timor Trough* e a falta de meios tecnológicos que permitissem a sua exploração, condicionariam fortemente a

⁶³ Marisa Caetano FERRÃO, *A Delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, AAFDL, 2009, p. 40.

⁶⁴ Foi na sequência da *Declaração de Pardo*, proferida pelo Embaixador Maltês Arvid Pardo, na 22.^a sessão da Assembleia Geral da ONU, onde se lançou a proposta para criação de um regime legal de proteção internacional para os fundos marinhos existentes para além da jurisdição nacional, como ‘património comum da humanidade’, que a Assembleia Geral da ONU viria a aprovar, a 18 de dezembro de 1967, a Resolução n.º 2340, que criou uma Comissão *ad hoc* que se tornou posteriormente responsável por preparar a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a qual veio alterar significativamente o conceito de plataforma continental. Vide “EMEPC – FDUP – CIMAR”, Op. Cit., p. 28. Dois anos depois, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução, n.º 2574, de 15 de dezembro de 1969, onde destacou a imprecisão da definição de plataforma continental constante da Convenção de Genebra. Vide Myron H. NORDQUIST *et al.*, *United Nations Convention on the Law of the Sea 1982, A Commentary*, Center for Oceans Law and Policy, University of Virginia School of Law, Martinus Nijhoff Publishers, 1993, vol. II, p. 829.

⁶⁵ Na sequência de *Proclamação de Truman*, o n.º 1 o artigo 2.º da Convenção de Genebra veio garantir ao Estado costeiro direitos soberanos sobre a plataforma continental para a exploração e aproveitamento dos recursos naturais.

⁶⁶ Geomorfologicamente a plataforma continental deve ser entendida como o prolongamento natural da massa continental que termina no talude ou escarpa continental a uma profundidade normal que caberia entre os 130 e 200 metros. Houve quem defendesse que o critério jurídico não podia senão estar dependente do critério geomorfológico e que sustentasse opinião contrária. Vide Maria João MOREIRA, Op. Cit., p. 52, e ainda António SOARES, Op. Cit. p. 23.

delimitação da plataforma continental da ilha de Timor segundo o princípio da equidistância.

3.4 O acórdão do TIJ sobre o Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte de 1969

A primeira vez que o TIJ se pronunciou sobre um litígio relativo à delimitação da plataforma continental foi em 1969, num diferendo que opôs a República Federal da Alemanha à Holanda e à Dinamarca⁶⁷ e cujo acórdão⁶⁸ teve influência significativa na posição apresentada pela Austrália durante todo o processo de negociação do Mar de Timor⁶⁹.

Tendo consagrado vários princípios e regras de Direito Internacional aplicáveis à delimitação da plataforma continental, este acórdão do TIJ teve um impacto significativo na redefinição posterior do seu próprio conceito e foi usada por vários países, nomeadamente, pela Austrália, no processo de negociação da delimitação da plataforma continental. No entendimento do TIJ, os direitos do Estado sobre a plataforma continental existem *ipso facto* e *ab initio* não sendo necessário nenhum procedimento formal para a sua instituição ou estabelecimento. São, no entanto, direitos derivados, no sentido em que dependem da existência da prévia soberania estadual sobre um determinado território, do qual a plataforma continental é uma extensão⁷⁰.

Para efeitos de delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou opostas, considerou o TIJ que o princípio da equidistância, previsto no

⁶⁷ Tratavam-se, inicialmente, de dois processos distintos que o TIJ decidiu apensar.

⁶⁸ O TIJ determinou as normas de Direito Internacional aplicáveis à delimitação da plataforma continental entre os Estados litigantes, tendo decidido o caso com base no direito costumeiro, devido ao facto de a República Federal da Alemanha não ser parte da Convenção de Genebra.

⁶⁹ Stuart KAYE, «Negotiation and Dispute Resolution: a case study in international boundary making the Australia – Indonesia boundary» in Alex G. Oude ELFERINK, Donald R ROTHWELL, (eds), *Oceans Management in the 21st Century: Institutional Frameworks and Responses*, Publications on Oceans Development, vol. 44, Leiden- Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2004, p. 148.

⁷⁰ Lembrou o TIJ que o território terrestre é a fonte jurídica dos poderes do Estado costeiro sobre o mar, lançando o princípio segundo o qual “*a terra domina o mar*”. Vide TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit., p. 52, para. 96. Para mais considerações sobre o conceito de soberania no mar, vide Fernando Loureiro BASTOS, «Os poderes do Estado Português no Mar», in Nuno Vieira MATIAS, Viriato SOROMENHO-MARQUES, João FALCATO, Aristides G. LEITÃO (coord), *Políticas Públicas do Mar*, Esfera do Caos, 2010, pp. 35-65, Ian BROWNLIE, *Princípios de Direito Internacional Público*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 121, 195-246.

artigo 6.º da Convenção de Genebra, não tinha natureza costumeira^{71 72}, sobretudo porque a sua adoção pelos Estados, não foi acompanhada da necessária *opinio juris*⁷³. Não sendo este princípio de aplicação obrigatória⁷⁴, a delimitação da plataforma continental entre estes Estados, deve ser feita, por acordo, segundo princípios equitativos, nos termos já previamente realçados pela Proclamação de Truman.

Nas suas considerações, decorrentes de critérios de unidade geológica ou geomorfológica, o TIJ introduziu o princípio do prolongamento natural do território terrestre sobre o mar, defendendo que tal conceito era fundamental não só para determinar a validade do título, mas também uma regra intrínseca para a delimitação da plataforma continental dos Estados⁷⁵. À data, defendeu o TIJ que as características geomorfológicas do fundo do mar eram um fator fundamental na delimitação da plataforma continental sobretudo porque, constituindo esta uma prolongamento natural do território do Estado costeiro, o processo de delimitação da plataforma continental, limitar-se-ia, essencialmente⁷⁶, a refletir, numa operação meramente declarativa, o limite da extensão da massa terrestre do território costeiro no oceano, nos termos determinados pela natureza⁷⁷.

O conceito de prolongamento natural, introduzido por este acórdão, aliado ao facto de se ter considerado que o princípio da equidistância não constitui costume acabou por ser consecutivamente invocado pela Austrália⁷⁸, durante o processo de negociação com

⁷¹ Sobre o conceito de costume, Vide Joaquim Silva CUNHA e Maria da Assunção do Vale PEREIRA, Op. Cit., p. 298.

⁷² TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit. p. 41, para. 69. e p. 45, para. 81.

⁷³ O TIJ não acatou os argumentos da Holanda e da Dinamarca de que a Convenção de Genebra se tinha limitado a positivar, uma regra que era já observada pelos Estados. O TIJ apoiou-se, essencialmente, na falta de *opinio juris* decorrente entre outras, da possibilidade dos Estados introduzirem reservas à Convenção de Genebra, quanto à aplicação do artigo 6.º, vide TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit. p. 38, para. 62 -62.

⁷⁴ TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit. p. 47, para. 85.

⁷⁵ TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit. p. 48, para. 85.

⁷⁶ Dizemos, essencialmente, porque o acórdão tece outras considerações importantes a considerar, a par do prolongamento natural do território, a que teremos oportunidade de nos referir adiante.

⁷⁷ Sobre a distinção entre a delimitação marítima declarativa da delimitação marítima constitutiva vide Prosper WEIL, *Perspectives du Droit de la Délimitation Maritime*, Pedone, Paris, 1988, pp. 26-29, e Yoshifumi TANAKA, *Predictability and Flexibility in the Law of Maritime Delimitation*, Hart Publishing, Oxford and Portland, Oregon, 2006, pp.12-14

⁷⁸ Veja-se a este propósito a orientação do TIJ *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit., p. 32, para. 43, altamente favorável aos interesses da Austrália no Mar de Timor, por reconhecer indiretamente a

a Indonésia, embora, como teremos oportunidade de analisar adiante, descontextualizado da necessidade de obtenção de uma solução assente em princípios equitativos.

3.5 O critério do prolongamento natural do território

Numa distância que varia entre as 25 e as 70 milhas náuticas a sul da ilha de Timor e a mais de 200 milhas náuticas do norte da Austrália, existe uma depressão submarina, conhecida como *Timor Trough*, que se estende desde a zona fronteira à ilha de Roti, a oeste de Timor, até à zona fronteira à ilha de Babar, a leste⁷⁹. Esta depressão faz com que, do lado da ilha de Timor, a profundidade oceânica varie entre os 1.500 e os 3.200 metros e que, do lado Australiano, o leito do mar apresente uma profundidade que não ultrapassa os 200 metros⁸⁰.

Desde o início das negociações, a Austrália sustentou a posição que o *Timor Trough* “quebrava” o leito marinho em dois levando à existência de duas plataformas continentais distintas, divididas naturalmente por essa fenda, constituindo a plataforma australiana um prolongamento natural do seu território até à fenda criada pela natureza.

Tal posição foi, publicamente, assumida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Australiano que, em 30 de outubro de 1970, declarou que a depressão existente no Mar de Timor “*quebra a plataforma continental entre a Austrália e Timor, de modo que há duas plataformas distintas, e não uma e a mesma plataforma, separando as duas costas opostas*”⁸¹. Fazendo uso da jurisprudência do TIJ já citada, segundo a qual o princípio da equidistância não constitui costume, a Austrália argumentou, e com sucesso, o prolongamento natural do seu território até ao *Timor Trough* e a sua tese da existência de duas plataformas continentais⁸².

possibilidade de a Austrália exercer jurisdição até ao *Timor Trough*, ainda que este seja bem mais próximo da costa da ilha de Timor.

⁷⁹ Anexo II - Mapa da zona marítima conhecida como *Timor Gap* com identificação do *Timor Trough*.

⁸⁰ Alexander J. MUNTON, Op. Cit., pp. 33-34.

⁸¹ Robert MILLER, «Australian Practice in International Law», in *Australian Yearbook of International Law*, 1970-3, p. 146.

⁸² A tese australiana, comunicada à Embaixada de Portugal em Camberra, a 25 de maio de 1971, através de nota diplomática, foi um dos fatores que contribuiu para o facto de Portugal, não concordando com a mesma, se ter recusado a iniciar as negociações formais com a Austrália para a delimitação marítima da parte oriental da ilha de Timor. A situação tornou-se ainda mais sensível com a entrada em

Por seu lado, durante o período das negociações, a Indonésia defendeu que a divisão do Mar de Timor deveria ser feita com base na linha mediana a qual, aliás, tinha presidido ao Acordo de 1971⁸³. Na opinião sustentada durante as negociações, a Indonésia sublinhou que, apesar da profundidade junto à costa da ilha, o Mar de Timor era, no seu todo, pelo menos, potencialmente explorável à luz do princípio da exploração, previsto no artigo 1.º da Convenção de Genebra, considerando irrelevantes os fatores geomorfológicos invocados pela Austrália, apenas para efeitos de negociação da delimitação da plataforma continental ao nível internacional, já que para efeitos internos, a legislação australiana dava prevalência ao princípio da exploração^{84 85}.

As cedências da Indonésia ao único argumento, consecutivamente, invocado pela Austrália do *prolongamento natural do território*, efetuadas com a assinatura do Tratado do *Timor Gap*, vão para além dos critérios jurídicos e explicam-se, essencialmente, pelo facto do mesmo ter significado um reconhecimento de direito da anexação de Timor-Leste por uma das principais potências da região e com impactos políticos significativos.

A isto, acresce o facto, da tese apresentada pela Austrália, apenas se fundamentar parcialmente, na jurisprudência do TIJ no caso do Mar do Norte, na parte, como vimos,

vigor, em Portugal, do Decreto-lei n.º 25/74, de 31 de janeiro no qual era concedida à *Oceanic Exploration Company* uma licença de prospeção e pesquisa de recursos minerais na plataforma continental do Mar de Timor. Tal licença cobria uma área aproximada de 60,000 km² e estendendo-se até à linha mediana, sobrepunha-se, parcialmente, às licenças concedidas pela Austrália, dando origem a várias trocas de notas entre os dois Estados entre março e novembro de 1974 Vide Miguel Galvão TELES, «Timor-Leste», Op. Cit., p. 577, e Nuno Marques ANTUNES, *Towards*, Op. Cit., p. 357.

⁸³ A Indonésia celebrou, com a Malásia, em 27 de outubro de 1969, um Acordo para a delimitação da plataforma continental entre os dois países observando o critério da equidistância, embora corrigido tendo em conta a configuração das costas. O título original do Acordo é «*Agreement between the Government of Malaysia and the Government of Indonesia on the delimitation of the continental shelves between the two countries, 27 October 1969*» (consultado a 11 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/MYS-IDN1969CS.PDF>. O mesmo sucedeu com o Acordo celebrado com a Tailândia, a 17 de dezembro de 1971 e com a Índia a 8 de agosto de 1974, nos quais se seguiu, mais uma vez, o critério da equidistância. O título original dos Acordos é, respetivamente, «*Agreement between the Government of the Kingdom of Thailand and the Government of the Republic of Indonesia relating to the Delimitation of a Continental Shelf Boundary between the two Countries in the Northern Part of the Straits of Malacca and in the Andaman Sea 17 December 1971*» (consultado a 11 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/THA-IDN1971CS.PDF>, e «*Agreement between the Government of the Republic of India and the Government of the Republic of Indonesia relating to the Delimitation of the Continental Shelf Boundary between the two Countries 8 August 1974*» (consultado a 11 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/IND-IDN1974CS.PDF>.

⁸⁴ Alexander J. MUNTON, Op. Cit., p. 61.

⁸⁵ Vide Anexo IV - Mapa com a jurisdição Australiana segundo a sua legislação interna.

relativa ao prolongamento natural do território terrestre. Como nota Lowe⁸⁶, o acórdão publicamente invocado como suporte jurídico à divisão desproporcional do Mar de Timor é muito mais rico e determina que o critério da extensão natural do território tenha de ser considerado, à luz da necessidade de obtenção de uma solução equitativa para a delimitação marítima, o que, como teremos oportunidade demonstrar, não se verifica até à data.

⁸⁶ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 12.

CAPÍTULO III – O regime estabelecido temporária e provisoriamente para o Mar de Timor entre a Austrália e Timor-Leste

O atual regime estabelecido entre a Austrália e Timor-Leste para o Mar de Timor encontra-se previsto em três tratados bilaterais assinados entre 2002 e 2006: no *Tratado do Mar de Timor entre o Governo de Timor-Leste e Governo da Austrália*, assinado em Díli, a 20 de maio de 2002 (TMT), no *Acordo entre o Governo da Austrália e o Governo da República Democrática de Timor-Leste Relativo à Unitização dos Campos do Sol Nascente e do Trovador*, assinado em Díli, a 6 de março de 2003 (Acordo de Unitização) e no *Tratado entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Austrália sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor*, assinado em Sidney, a 12 de janeiro de 2006 (Tratado sobre Ajustes Marítimos). Estes instrumentos internacionais foram devidamente incorporados nas ordens jurídicas internas⁸⁷ e encontram-se em vigor.

1. O Tratado do Mar de Timor

O TMT entrou em vigor no dia 3 de abril de 2003⁸⁸ e, *mutatis mutandis*, veio preservar o regime provisório e de natureza prática, estabelecido pelo Tratado do *Timor Gap*, para a exploração e aproveitamento dos recursos minerais existentes no Mar de Timor⁸⁹, salvaguardando a possibilidade de delimitação futura da fronteira marítima permanente.

⁸⁷Sobre a celebração de tratados internacionais pelo Estado de Timor-Leste, vide Jaime VALLE, «A conclusão dos tratados internacionais na Constituição timorense de 2002», in Inocência Galvão TELLES (coord.), *O Direito*, Almedina, ano 130.º, IV, 2007, pp. 879-893.

⁸⁸ Entre a data da assinatura (20 de maio de 2002) e a data da entrada em vigor (03 de abril de 2003) do TMT, vigorou um regime temporário acordado entre as partes, através de uma troca de notas, anexa ao Tratado que formou o “*Acordo entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Austrália relativo às disposições para a exploração de petróleo do Mar de Timor entre Timor-Leste e a Austrália*” e que vem garantir a continuidade da exploração da ZOC nos termos previamente acordados, garantindo a Timor-Leste o recebimento das receitas advindas da exploração e a aplicação da sua legislação fiscal nos termos antecipados pelo Tratado.

⁸⁹ Estão atualmente em curso na ACDP duas explorações distintas, a do campo de *Bayu-Undan*, contendo, aproximadamente, 3.2 triliões de pés cúbicos de gás natural liquefeito e 110,000 barris de condensado e a do campo de *Kitan*, contendo, estimadamente, com cerca de 34.5 milhões de barris de petróleo. Vide o sítio oficial do Departamento de Recursos, Energia e Turismo do Governo da Austrália (consultado a 17 de junho de 2013), disponível em:

http://www.ret.gov.au/resources/upstream_petroelum/jpdaandgreatersunrise/Pages/default.aspx

O artigo 3.º mantém a existência de uma zona de exploração e aproveitamento conjunta, agora denominada Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), dentro das coordenadas previstas no anexo A ao Tratado e que corresponde inteiramente à ZOC estabelecida pelo Tratado do *Timor Gap*. Dentro desta ACDP cabe a ambos os Estados controlar, administrar, facilitar, explorar e beneficiar os recursos minerais aí existentes, de acordo com a nova proporção de distribuição das receitas, acordada em 90% para Timor-Leste e 10% para a Austrália, conforme estipulado no artigo 4.º⁹⁰.

Das cláusulas do TMT há que destacar o artigo 23.º relativo à possibilidade de estabelecimento de um tribunal arbitral, o artigo 9.º, o anexo E e o respetivo Memorando de Entendimento, assinado no mesmo dia que o TMT, no qual os Estados se comprometeram a celebrar, até 31 de dezembro de 2002, um acordo internacional para o emparcelamento e unificação dos Campos do Sol Nascente e do Trovador⁹¹.

O TMT foi celebrado por um período inicial de trinta anos⁹², com possibilidade de renovação por acordo das partes, prevendo-se, no entanto, a sua cessação se, antes de decorrido o prazo estipulado, ambos os países procederem à delimitação permanente da fronteira marítima. Neste caso, o artigo 22.º estatui, sobretudo para a proteção de direitos de terceiros, que as atividades de exploração e aproveitamento estabelecidas por força do TMT, mantêm-se nas condições nele previstas. A manutenção de tais atividades ao abrigo do estipulado TMT não impede, no nosso ponto de vista, que a delimitação da permanente da fronteira marítima seja acordada, dando origem a que as receitas oriundas da atual ACDP, passem a ser imputadas segundo a linha divisória permanente.

2. O Acordo de Unitização

O Acordo de Unitização⁹³ veio dar cumprimento ao artigo 9.º do TMT, ao anexo E e ao respetivo Memorando de Entendimento, tendo como objetivo consagrar

⁹⁰ Para garantir a transparência e o bom uso das receitas provindas da exploração do Mar de Timor, o Estado timorense aprovou o Fundo Petrolífero, através da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro. Vide a versão republicada da Lei no JRDTL, (consultado a 15 de março de 2013), disponível em: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=3705>.

⁹¹ Compromisso que veio a dar origem ao Acordo de Unitização assinado a 6 de março de 2003.

⁹² Como veremos, o artigo 22.º do TMT relativo ao período da sua duração viria a ser alterado, em 2006, pelo Tratado sobre Ajustes Marítimos, estabelecendo-se uma duração de 50 anos.

⁹³ Entrou em vigor a 23 de fevereiro de 2007.

internacionalmente o regime de emparcelamento, uniformização e unitização dos recursos minerais dos Campos do Sol Nascente e do Trovador e acordar os termos da sua exploração e aproveitamento.

Aquando da assinatura do TMT era já conhecida a existência das jazidas dos Campos do Sol Nascente do Trovador, situadas 21,1% dentro da ACDP e o remanescente numa área marítima onde ambos os países reclamaram soberania⁹⁴, o que gerou várias discussões no âmbito da delimitação da fronteira lateral, sobretudo pelo facto destes campos conterem a maior reserva de gás natural do Mar de Timor⁹⁵. Durante as negociações do TMT foi preocupação australiana assegurar a unitização dos Campos do Sol Nascente do Trovador que lhe permitisse usufruir das receitas dele advindas⁹⁶. É à luz deste enquadramento que se explica o artigo 9.º do TMT⁹⁷ que contendo no n.º 1 uma cláusula de emparcelamento, uniformização e unificação vem procurar manter a unidade das jazidas que se prolongam para fora dos limites da ACDP, assegurando que as mesmas sejam tratadas como única entidade, para efeitos de administração, gestão, exploração e aproveitamento. Mas o TMT vai mais longe, definindo, antecipadamente, no já referido anexo E, a fórmula de distribuição da produção da unidade segundo a proporção de 20,1% para o ACDP e 79,9% para a Austrália⁹⁸.

⁹⁴ Anexo V – Mapa com a delimitação da ACDP e dos Campos do Sol Nascente e do Trovador.

⁹⁵ Estimada em cerca de 5.1 triliões de pés cúbicos de gás natural liquefeito e de 226 milhões de barris de condensado. Vide o sítio oficial do Departamento de Recursos, Energia e Turismo do Governo da Austrália (consultado a 17 de junho de 2013), disponível em: http://www.ret.gov.au/resources/upstream_petroileum/jpdaandgreatersunrise/Pages/default.aspx

⁹⁶ É o próprio relatório do Parlamento Australiano sobre o TMT, a recomendar ao Governo, a necessidade de conclusão urgente de um Acordo de Unitização, se possível antes da ratificação do TMT. Vide The Parliament of the Commonwealth of Australia, *Report 49, The Timor Sea Treaty, Joint Standing Committee on Treaties*, p. 36 para 4.62 (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.laohamutuk.org/Oil/Sunrise/JSCT%20TST%20report.pdf>. Em termos económicos era muito mais vantajoso para a Austrália o Acordo de Unitização do que o TMT, pelo que este último apenas foi ratificado pelo Parlamento Australiano quando Timor-Leste assinou o Acordo de Unitização. Vide The La'o Hamutuk Bulletin, *Timor Sea Oil and Gas Uptade*, vol. 4, n.º 3.4, 2003, p. 5-6, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.etan.org/lh/pdfs/bulletin/lhbl4n34e.pdf>.

⁹⁷ O n.º 2 do artigo 9.º do TMT estabelecia expressamente que “A Austrália e Timor-Leste deverão trabalhar expeditamente e de boa-fé no sentido de alcançar um acordo no modo segundo o qual o depósito será mais eficazmente explorado e na divisão equitativa dos lucros resultantes de tal exploração”.

⁹⁸ Prevvia-se que a fórmula de distribuição da produção pudesse vir a ser alterada, o que efetivamente aconteceu.

É neste contexto que o Acordo de Unitização veio, pois, garantir o emparcelamento, uniformização e a unificação das reservas de recursos minerais existentes nos Campos do Sol Nascente e do Trovador para efeitos de exploração e aproveitamento⁹⁹ e estabelecer, simultaneamente, um regime de imputação da produção¹⁰⁰ daí oriundas, bem como definir os termos da legislação aplicável na área de unitização.

O Acordo de Unitização manteve as parcelas de distribuição acordadas no Memorando de Entendimento, estabelecendo que a produção decorrente da área de unitização seria dividida entre a ACDP e a Austrália numa proporção de 20,1% e 79,9%¹⁰¹ imputando-se, nos termos do artigo 10.º, as despesas às partes na mesma proporção.

A definição da legislação aplicável à área de unitização, inclusive no que se refere à tributação, fica dependente, conforme decorre do artigo 4.º e 11.º, dos termos do coeficiente de distribuição da produção acordado, aplicando-se as disposições do TMT às atividades desenvolvidas dentro da unitização ACDP e a legislação australiana a restante área.

O sistema de resolução de litígios é semelhante ao estabelecido no TMT, prevendo-se a resolução de qualquer litígio sobre a interpretação ou aplicação do Acordo através de consulta ou negociação, sem prejuízo da sua submissão a um tribunal arbitral, nos termos específicos no anexo IV.

O Acordo de Unitização não estabelece regras para a sua cessação, apenas determinando, no artigo 27.º, que o mesmo poderá ser revisto ou extinto, em qualquer altura, por acordo das partes. Já no caso em que se verifique a delimitação permanente do leito marinho e subsolo correspondente, estatui-se, (à semelhança no TMT), que o novo acordo deverá assegurar a manutenção das atividades de exploração e

⁹⁹ A exploração e o aproveitamento da área de unitização é feita segundo um plano de desenvolvimento previsto no artigo 12.º, que até à data ainda não foi aprovado, devido a vários desentendimentos entre Timor-Leste, a Austrália e a empresa Woodise Petroleum Ltd.. Este plano de desenvolvimento, poderá passar pela construção, em Timor-Leste, de um complexo de processamento industrial de gás natural liquefeito que permitiria o desenvolvimento da costa sul do país, pela instalação de uma plataforma flutuante offshore de exploração ou pela construção de um gasoduto para Darwin.

¹⁰⁰ Os termos e os princípios para a determinação do valor do petróleo constam especificamente do anexo III ao Acordo de Unitização.

¹⁰¹ Tendo em conta a divisão acordada para a ACDP no TMT, a proporção final das receitas dos Campos do Sol Nascente e Trovador, entre os dois países, passa a ser de 18,09% para Timor-Leste e 81,91% para a Austrália. Esta parcela de distribuição viria a ser mais tarde revista, no artigo 5.º no Tratado sobre Ajustes Marítimos, numa proporção de 50% para ACDP e 50% para a Austrália, mas apenas no que se refere às receitas advindas das atividades de *upstream*.

aproveitamento já iniciadas, em termos equivalentes aos existentes ao abrigo do Acordo de Unitização. Tal como já arguimos *supra* relativamente ao TMT, somos da opinião que esta disposição não afeta um eventual reajustamento do coeficiente distribuição, decorrente de uma delimitação permanente da fronteira marítima. Com efeito, mantendo-se os termos da exploração e aproveitamento, determinados no plano de desenvolvimento e, dessa forma, salvaguardando-se os interesses de terceiros, alheios ao processo de delimitação, nada impede que as receitas provenientes da área unitizada sejam consequentemente atribuídas de forma a refletir os novos termos da delimitação da fronteira permanente.

3. O Tratado sobre Ajustes Marítimos

O Tratado sobre Ajustes Marítimos¹⁰² vem introduzir alterações, substancialmente, significativas e com implicações práticas de relevo, ao já complexo regime estabelecido para o Mar de Timor, pelo TMT e pelo Acordo de Unitização.

Os principais ajustes efetuados por este Tratado refletem-se na alteração da duração do TMT, na redefinição do coeficiente de distribuição das receitas provenientes da atividade de *upstream*, para a partilha das receitas decorrentes da exploração e do aproveitamento dos Campos do Sol Nascente e do Trovador, na definição da jurisdição sobre a coluna de água e na cláusula moratória.

O artigo 3.º do Tratado dos Ajustes Marítimos veio modificar a duração do TMT, no sentido de associar o período da sua vigência, ao período de duração estabelecido para o próprio Tratado sobre Ajustes Marítimos garantindo-se, dessa forma, que ambos os Tratados se encontram em vigor pelo mesmo período de tempo de cinquenta anos¹⁰³, sem prejuízo da sua cessação cinco anos após o fim da exploração da área de unitização. A cessação por iniciativa de uma das partes é, ainda, permitida se no prazo de seis anos¹⁰⁴,

¹⁰² Entrou em vigor no dia 23 de fevereiro de 2007.

¹⁰³ Estabelece o artigo 3.º o seguinte: “O texto do Artigo 22 do Tratado do Mar de Timor relativo à duração daquele Tratado será substituído pelo seguinte: O presente Tratado estará em vigor pela duração do Tratado entre o Governo da Austrália e o Governo da República Democrática de Timor-Leste sobre Determinados Ajustes no Mar de Timor. O presente Tratado pode ser renovado através de acordo entre a Austrália e Timor-Leste. As atividades petrolíferas de companhias anónimas de responsabilidade limitada ou outras entidades de responsabilidade limitada estabelecidas ao abrigo dos termos do Tratado continuarão mesmo se o Tratado já não estiver em vigor sob condições equivalentes aquelas em vigor ao abrigo do Tratado”.

¹⁰⁴ Que terminou a 23 de fevereiro de 2013.

a contar da data da entrada em vigor do Tratado sobre Ajustes Marítimo, não tiver sido aprovado um plano de desenvolvimento da área de unitização ou se a produção não tiver sido iniciada, no prazo de dez anos a contar da data da sua entrada em vigor.

O coeficiente de repartição das receitas derivadas da produção *upstream* oriundas da área de unitização veio, também, a ser alterado, tendo-se previsto, no artigo 5.º, a partilha igualitária das mesmas entre Timor-Leste e a Austrália.

Note-se que esta repartição igualitária refere-se apenas conforme decorre diretamente da letra do artigo 5.º “às receitas diretamente derivadas da produção do petróleo existentes dentro da área de unitização na medida em que tais receitas se refiram à exploração *upstream* de tal petróleo.” Quanto ao coeficiente de distribuição das receitas advindas das atividades de *downstream*, continuam sujeitas à repartição prevista no disposto no artigo 7.º do Acordo de Unitização, que se manterá em vigor, nos termos do artigo 10.º do Tratado sobre Ajustes Marítimos durante o período de cinquenta anos.

O Tratado Sobre Ajustes Marítimos foi, também, o primeiro a estabelecer a jurisdição de ambos os Estados sobre a coluna de água¹⁰⁵ tendo, para este efeito, procedido à divisão proporcional do Mar de Timor segundo a linha mediana. O artigo 8.º vem garantir à Austrália, jurisdição sobre a coluna de água e direitos soberanos sobre os recursos nela existentes, a sul da linha mediana, conferindo-se a Timor-Leste, jurisdição conjunta em relação à coluna de água e direitos soberanos sobre os recursos nela existentes, a norte da linha mediana¹⁰⁶. Com este regime acabam, assim, por se estabelecer duas linhas divisórias no Mar de Timor: uma linha média para a divisão da coluna de água e uma linha mais a norte para a divisão da plataforma continental.

No que se refere à resolução de controvérsias, o artigo 11.º veio apenas estabelecer que as mesmas devem ser resolvidas por consulta ou negociação nada se referindo quanto ao eventual estabelecimento de um tribunal arbitral, tal como se previu no TMT e no Acordo de Unitização.

¹⁰⁵ Relembre-se que quer o TMT quer o Acordo de Unitização limitaram-se, apenas, a definir provisoriamente a partilha dos recursos minerais existentes na plataforma continental, nada contendo quanto aos recursos vivos existentes na coluna de água.

¹⁰⁶ Por não haver coincidência, entre a linha de delimitação do fundo marinho e a linha estabelecida neste Tratado, para a delimitação da jurisdição sobre a coluna de água, é que a alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º vem determinar que a jurisdição timorense sobre a coluna de água para além da linha de delimitação do fundo marinho não pode indevidamente inibir o desenvolvimento das atividades existentes na ACDP.

A cláusula da moratória, prevista no artigo 4.º do Tratado, assume contornos significativos e implicações práticas relevantes na medida em que vem afastar, entre outras, a possibilidade de delimitação da fronteira marítima entre os Estados, durante o período de cinquenta anos.

Nos termos desta cláusula durante o período de duração do Tratado:¹⁰⁷

- Nenhuma das partes poderá afirmar, prosseguir, promover ou reivindicar, por qualquer meio, direitos soberanos, jurisdição ou fronteiras marítimas;
- Nenhuma das partes poderá iniciar ou ser parte em qualquer tribunal ou órgão destinado à resolução de litígios, em que se suscite ou resulte, direta ou indiretamente, questões com relevância para a fronteira marítima ou delimitação no Mar de Timor;
- Nenhuma das partes poderá suscitar ou promover, junto de organismos internacionais, qualquer questão que, direta ou indiretamente, seja relevante para a fronteira marítima ou delimitação no Mar de Timor;
- Qualquer tribunal ou órgão de resolução de litígios, perante o qual esteja pendente processo envolvendo uma das partes, não poderá considerar, comentar ou deliberar sobre qualquer facto em que se suscite ou resulte, direta ou indiretamente, questões referentes à fronteira marítima ou delimitação no Mar de Timor. Mais se estabelece que qualquer comentário ou deliberação eventualmente efetuada não será tida em conta por nenhuma das partes em qualquer momento;
- As partes não estão obrigadas a negociar as fronteiras marítimas permanentes;
- As partes podem dar continuidade a atividades, inclusive regulamentar e autorizar atividades novas, nas áreas em que a sua legislação interna vigente, a 19 de maio de 2002, autorizava a concessão de permissão para a realização de atividades relacionadas com petróleo ou outros recursos do leito e subsolo marinhos.

¹⁰⁷ Que como já veremos é de 50 anos.

4. Da natureza temporária e provisória do regime estabelecido para a partilha dos recursos naturais do Mar de Timor: a diferença entre a delimitação marítima permanente, as áreas de desenvolvimento conjunto e os acordos de unitização

Os três tratados internacionais celebrados entre a Austrália e Timor-Leste para a delimitação o Mar de Timor, assumem natureza provisória e carácter prático, não tendo qualquer implicação sobre a delimitação permanente do leito marinho, do respetivo subsolo e da coluna água.

Na sua globalidade, o regime jurídico acordado para o Mar de Timor assente nos artigos 74.º e 83.º da CNUDM não pode ser confundido com a delimitação permanente das fronteiras marítimas (ZEE e plataforma continental).

Como ensina Marques Antunes¹⁰⁸, a delimitação permanente da fronteira marítima é um processo de definição de linhas que separam áreas marítimas e definem fronteiras, dentro das quais os Estados costeiros exercem soberania e jurisdição tratando-se, essencialmente, de uma questão de atribuição permanente de áreas. É um processo bilateral¹⁰⁹, constitutivo e voluntário conducente à separação de espaços marítimos de dois ou mais Estados, em zonas relativamente às quais existe pretensões simultâneas de soberania ou jurisdição assente no título jurídico que lhe está subjacente¹¹⁰.

Na pendência do processo de delimitação, os artigos 74.º e 83.º¹¹¹ da CNUDM determinam que os Estados devem fazer todos os esforços para, num espírito de compreensão e cooperação, celebrarem *ajustes provisórios de carácter prático*, que não comprometam ou entrem a conclusão de um acordo definitivo¹¹². Estes acordos assumem, na grande parte das vezes, a natureza de acordos de aproveitamento conjunto como, de resto, aconteceu entre Timor-Leste e a Austrália e visam permitir a exploração

¹⁰⁸ Nuno Marques ANTUNES, «Spatial (...)», Op. Cit., p. 21.

¹⁰⁹ Yoshifumi TANAKA, Op. Cit., p. 8.

¹¹⁰ Prosper WEIL, Op. Cit., pp. 43-50.

¹¹¹ O artigo 74.º refere-se ao estabelecimento da ZEE e da jurisdição sobre a coluna de água prevista no Tratado Sobre Ajustes Marítimos. O artigo 83.º, por sua vez, diz respeito à delimitação da plataforma continental. Ambos os artigos possuem uma redação semelhante no que se refere à celebração de ajustes provisórios de carácter prático.

¹¹² Já em 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução n.º 3129, de 17 de dezembro, onde realçou o princípio da cooperação entre Estados no aproveitamento e exploração dos recursos naturais comuns.

e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos, enquanto não se chega a uma delimitação permanente. A delimitação marítima permanente não deve, por isso, ser confundida, com este tipo de acordos provisórios de natureza prática.

As áreas de aproveitamento conjunto, estabelecidas por acordo entre os Estados, têm como objetivo facilitar a exploração de áreas marítimas onde se possa verificar a sobreposição de reivindicações de soberania e onde, supostamente, existem recursos minerais. Pese embora o regime das áreas de aproveitamento conjunto tenha sido, primariamente, estabelecido para a exploração da plataforma continental e dos recursos nela existentes, nada impede a sua aplicação à ZEE¹¹³, contando que se estabeleça, essencialmente, a área abrangida, os recursos naturais a serem explorados a aproveitados, o regime jurídico a que a mesma está sujeita, os termos e as condições aplicáveis às operações. Os acordos que criam áreas de desenvolvimento conjunto, como são exemplos o Tratado do *Timor Gap* e o TMT, não devem ser confundidos com os acordos de unitização, de que é exemplo o Acordo de Unitização.

Os acordos de unitização são, por regra, celebrados entre concessionários, entidades titulares do direito de exploração e aproveitamento, ou responsáveis pela gestão de recursos minerais, em determinada área e limitam-se a instituir, os termos da parceria entre as partes, para efeitos da sua exploração e aproveitamento unitário¹¹⁴. No entanto, nada impede que os acordos de unitização sejam celebrados entre Estados, como sucedeu entre Timor-Leste e a Austrália. Nestes casos, o acordo, para além dos aspetos relacionados com as condições de exploração e aproveitamento dos recursos naturais existentes na área unificada, designadamente referentes à proporção da partilha das

¹¹³ São exemplo de estabelecimento de áreas de desenvolvimento conjunto para a exploração da coluna de água, o Acordo de Cooperação e Gestão de pescas celebrado, entre o Governo da República do Senegal e o Governo da República da Guiné Bissau, em 1993, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/SEN-GNB1993MC.PDF>, o Acordo celebrado em 1999, por um lado, entre o Governo do Reino da Dinamarca juntamente com o Governo da Ilhas Faroe e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Norte da Irlanda, que criou uma área de partilha de pescas, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/DNK-GBR1999MD.PDF> e o Acordo de 2001 celebrado entre a República Federal da Nigéria e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, para o desenvolvimento conjunto de petróleo e outros recursos na área relativa à ZEE dos dois Estados, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/STP-NGA2001.PDF>.

¹¹⁴ Nos acordos de unitização, as partes não visam efetuar qualquer prospeção sobre a existência de recursos minerais, na medida em que já conhecem a sua existência, motivo que fundamenta a celebração do acordo.

receitas e das despesas conterà, também, disposições adicionais como cláusulas fiscais, de formação dos trabalhadores, de proteção ambiental, entre outras, e estabelecerá uma entidade responsável pela implementação e gestão do acordo¹¹⁵. Na sua essência, os acordos de unitização são um mecanismo jurídico que permite que os recursos naturais transzonais a uma linha de jurisdição sejam explorados e aproveitados como uma única unidade¹¹⁶ apesar de, juridicamente, se encontrarem sob jurisdições distintas. Por este motivo e, como nota Marques Antunes, este tipo de acordos são tipicamente celebrados em áreas onde as fronteiras marítimas já estão delimitadas¹¹⁷. Entre a Austrália e Timor-Leste, o Acordo de Unitização, para além de preceder a delimitação permanente da fronteira, estabeleceu uma proporção de repartição das receitas altamente desproporcional entre a Austrália e a ACDP.

Atenta a reivindicação de soberania e jurisdição sobre áreas sobrepostas que existe no Mar de Timor e à impossibilidade de se chegar a um acordo permanente, a solução encontrada pelas partes foi a adoção destas soluções provisórias que, simultaneamente, acabam por ser uma alternativa que facilita a exploração e aproveitamento dos recursos naturais¹¹⁸ nele existente.

¹¹⁵ Vasco BECKER-WEINBERG, Op. Cit., pp. 243-244.

¹¹⁶ É o princípio da unidade dos depósitos dos recursos minerais que serve muitas vezes de justificação para a celebração de acordos de exploração conjunta entre Estados fronteiras com plataformas continentais sobrepostas, na medida em que a sua extração por apenas um Estado poderia comprometer a extração pelo outro Estado. Para mais desenvolvimentos, vide Paula Lins GOULART, *Os acordos de aproveitamento conjunto de petróleo e/ou gás natural entre Estados costeiros com plataformas continentais sobrepostas e a sua utilização como modelo para uma gestão sustentável da pesca dos peixes migratórios pelos Estados dentro da zona económica exclusiva*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 2007. p. 11 e David ONG, «Joint Development of Common Offshore Oil and Gas Deposits: 'Mere' State Practice or Customary International Law?», in *American Journal of International Law*, vol. 93 (4) 1999, p. 778.

¹¹⁷ Nuno Marques ANTUNES, «Spatial (...)», Op. Cit., p. 37.

¹¹⁸ Como defende David ONG, «Joint Development», Op. Cit., pp. 796-797, a celebração de acordos de unitização não é obrigatória nem constitui costume internacional, não passando de uma mera prática dos Estados, mas sem que quanto a ela exista *opinio juris*.

CAPÍTULO IV- Da desconformidade do regime estabelecido temporária e provisoriamente para o Mar de Timor à luz da CNUDM e da jurisprudência do TIJ

Uma das grandes inovações da CNUDM foi a introdução de duas normas semelhantes aplicáveis à delimitação temporária da ZEE e da plataforma continental, constantes respetivamente do n.º 3 dos artigos 73.º e 83.º. *Mutatis mutantis*, estas normas vêm impor aos Estados interessados, que durante a pendência do processo de delimitação da ZEE e da plataforma continental, façam todos os esforços para, num espírito de compreensão e cooperação, celebrem *ajustes provisórios de carácter prático*, que não prejudiquem a delimitação definitiva, impondo-lhes, simultaneamente, a obrigação de se absterem de qualquer comportamento que possa prejudicar, comprometer ou entravar a conclusão de um acordo permanente.

Somos da opinião que, pese embora o disposto no n.º 3 dos artigos 74.º e 83.º da CNUDM, não contenha diretrizes específicas quanto ao teor e conteúdo destes *ajustes provisórios de carácter prático*, tal não significa que a obrigação imposta aos Estados¹¹⁹, neste domínio, seja totalmente discricionária ou arbitrária. A natureza temporária destes acordos não lhes retira juridicidade, nem tão pouco lhes permite serem substitutos da delimitação permanente, relativamente às quais a CNUDM já estabelece critérios.

Da análise dos referidos artigos concluímos que, durante o período da sua vigência, as partes estão sujeitas a uma obrigação de contenção mútua¹²⁰, estando-lhes vedada a prática de qualquer ação ou omissão que possa comprometer ou entravar a conclusão de um acordo definitivo. Esta linha de pensamento estende-se, também, ao próprio conteúdo destes acordos, que não tem qualquer ligação ou interferência, nem devem prejudicar a delimitação permanente que se venha a acordar.

¹¹⁹ Da letra do n.º 3 dos artigos 74.º e 83.º, sobretudo da versão original em língua inglesa da CNUDM, onde é empregue a expressão '*shall*', concluímos que dela decorre uma obrigação de meios para os Estados, de empregarem todos os esforços necessários para a obtenção de tais soluções temporárias e de carácter prático. Como, alias nota o TIJ a propósito do Caso do Mar do Norte, Op. Cit., p. 47 para 85. há uma verdade obrigação dos Estados negociarem, decorrente, desde logo, da própria Proclamação de Truman. Rainer LAGONI, Op. Cit., p. 354.

¹²⁰ Rainer LAGONI, Op. Cit., p. 354, e ainda, David ONG, «Joint Development», Op. Cit., p.798.

A celebração e a execução dos *ajustes provisórios de carácter prático*, para além de imbuída de um espírito de compreensão e cooperação deve pautar-se, à semelhança do defendido por Lagoni¹²¹, não só pelos trâmites da boa-fé, enquanto pilar essencial às relações entre os próprios Estados, mas também pelas regras gerais do Direito Internacional, conforme estipulado no artigo 300.º da CNUDM.

1. A obrigação de contenção mútua

A obrigação de contenção mútua constante do n.º 3 dos artigos 74.º e 83.º decorre (e impõe-se) da própria natureza provisória e temporária dos acordos celebrados durante a pendência da delimitação marítima permanente. Compreende-se, por isso, que o Direito do Mar, imponha que as partes envolvidas neste processo, nada devam “*fazer que possa comprometer ou entravar a conclusão do acordo definitivo*”. Isto significa que os Estados envolvidos não devem adotar qualquer tipo de comportamento ou desempenhar qualquer atividade, ação ou omissão que possa pôr em causa a viabilidade de uma delimitação permanente da fronteira marítima.

A doutrina tem entendido tradicionalmente esta obrigação, no sentido de a mesma ter como objetivo limitar as atividades unilaterais dos Estados na área em disputa¹²² impedindo, nomeadamente, atividades de exploração e aproveitamento unilaterais dos recursos minerais existentes nos fundos marinhos, que transformassem um futuro acordo definitivo, num instrumento meramente formal, sem qualquer efeito prático.

Neste contexto, Ong nota ¹²³ que existe uma obrigação mútua de os Estados envolvidos se absterem de qualquer ação unilateral, que possa privar outros Estados de eventuais ganhos, que possam decorrer de exercícios soberanos na área marítima, sobre a qual existem reivindicações sobrepostas. Robson é defensor da mesma ideia, sublinhando que é obrigação dos Estados evitarem ações unilaterais que causem prejuízo irreparável¹²⁴.

¹²¹ Rainer LAGONI, «Interim Measures Pending Maritime Delimitation Agreements», in *American Journal of International Law*, 1984 vol. 78 (2), p. 362.

¹²² Myron H. NORDQUIST, *et al.*, Op. Cit., vol. II, p. 984.

¹²³ David ONG, «Joint Development», Op. Cit., p. 798.

¹²⁴ Charles ROBSON «Transboundary Petroleum Reservoirs: Legal Issues and Solutions» in Gerald H. BLAKE, William J. HILDESLEY, Martin A PRATT., Rebecca J RIDLEY., Clive H SCHOFIELD., (edit) *The Peaceful Management of Transboundary Resources*, London, Dordrecht, Boston, 1995, p. 3, 8.

Na verdade, se esta proibição não decorresse deste preceito, um Estado poderia, propositadamente, atrasar um processo de negociação ou apoiar-se no regime, temporariamente, em vigor para, durante esse período, esgotar os recursos minerais de uma área marítima cuja soberania está indefinida¹²⁵. O objetivo desta disposição é, pois, proteger e salvaguardar os interesses dos Estados em situações de vulnerabilidade e incerteza decorrentes da inexistência de uma definição permanente da delimitação marítima.

A outorga unilateral de licenças de exploração e aproveitamento ou de investigação científica, na zona em disputa, é também vista como um ato contrário a esta obrigação¹²⁶, embora na nossa opinião, exista uma diferença sensível entre uma licença de exploração e aproveitamento e a atividades de investigação científica que, dependendo do seu propósito não comportam, necessariamente, prejuízo para o Estado costeiro não envolvido.

Tendo em conta a finalidade desta disposição, parece-nos que a obrigação de contenção mútua, se estenderá, também, a qualquer tipo de ação, omissão ou acordo que possa, de alguma forma impedir ou condicionar a negociação ou de qualquer forma frustrar, uma delimitação permanente do leito marinho e do seu subsolo.

Esta interpretação está indiretamente suportada pelo n.º 2 dos artigos 74.º e 83.º que especificamente determinam a necessidade do uso dos procedimentos previstos na parte XV da CNUDM, para o caso de as partes não chegarem a uma delimitação permanente, dentro de um prazo razoável, o que se compreende atenta a natureza meramente provisória destes ajustes temporários.

É nesta sequência que o TIJ¹²⁷ evidenciou que as partes estão efetivamente obrigadas a negociar. Trata-se de uma obrigação de negociação material e não meramente formal, que impõe que as partes conduzam as negociações de forma a que as mesmas tenham significado (*meaningful*), o que não se verifica se uma das partes insistir, de forma intransigente, numa determinada posição e argumentação inflexível.

O processo negocial entre Timor-Leste e a Austrália foi, desde sempre, marcado pela insistência timorense na obtenção de um acordo permanente, que fixasse as fronteiras

¹²⁵ É por isso que Rainer LAGONI Op. Cit., p. 364, é apologista que esta obrigação de contenção mútua existe, mesmo antes de se iniciar qualquer processo formal de negociação, com vista à obtenção de um acordo temporário e, apenas, termina com a celebração de um acordo permanente.

¹²⁶ Duarte Lynce FARIA, Op. Cit., p. 306.

¹²⁷ TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit., p. 48, para. 85.

marítimas para o Mar de Timor, o que efetivamente nunca aconteceu, dada a posição Australiana de manter o *status quo* previamente acordado com a Indonésia.

Para além da constante recusa em negociar uma delimitação permanente por parte da Austrália, a cláusula da moratória, constante do artigo 4.º do Tratado sobre Ajustes Marítimo, leva-nos a tecer várias considerações. Esta cláusula, ao impedir a discussão contenciosa da delimitação permanente, ao especificamente retirar às partes a obrigação de negociação das fronteiras marítimas, durante o período de vigência do Tratado e ao permitir a continuação unilateral das atividades de exploração e aproveitamento marítima, em áreas onde a legislação interna vigente a 19 de maio autorizava, viola, em nosso entender, esta obrigação de contenção mútua, numa dupla perspetiva. Primeiro, porque faculta aos Estados a possibilidade de unilateralmente, continuarem as atividades de exploração e aproveitamento numa área onde existem reivindicações de ambos¹²⁸ e depois, claramente, impede e compromete a obtenção de um acordo definitivo, dentro de um prazo razoável, quer pela via contenciosa quer contratual. Ao impedir a delimitação da fronteira marítima permanente, a cláusula da moratória, vai contra a própria natureza temporária do regime estabelecido e subverte todo o espírito que presidiu à redação dos artigos 74.º e 83.º da CNUDM. É a própria natureza provisória¹²⁹ destes acordos, que reclama a existência de uma obrigação de delimitação definitiva da fronteira marítima e não o contrário. Este tipo de acordos, embora tendo a vantagem de permitir a exploração e o aproveitamento de áreas marítimas sobrepostas, onde exista reclamação de direitos soberanos e jurisdição por mais do que um Estado, não pode ofuscar o principal problema a eles subjacente, que é a delimitação permanente da fronteira marítima. Por isso, se compreende que a solução da CNUDM exija que os mesmos não prejudiquem uma delimitação definitiva, nem privem os Estados das vantagens associadas aos seus poderes soberanos sobre a área a delimitar.

A este respeito cumpre, particularmente, evidenciar que os *ajustes provisórios de carácter prático*, acordados para o Mar de Timor, acabam por encontrar outro obstáculo relacionado com o facto de a Austrália ter alterado os termos da aceitação da jurisdição

¹²⁸ O Estado timorense sai claramente prejudicado com esta cláusula, na medida em que não tinha qualquer tipo de legislação em vigor antes de 19 de maio de 2000. E, mesmo que se aplique subsidiariamente a legislação indonésia em vigor, nos termos previstos na Lei n.º 2/2002 de 10 de julho, sobre a interpretação do direito vigente em 19 de maio de 2002, (consultado a 23 e junho de 2013), disponível em: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=100>, parece haver um desequilíbrio entre os dois Estados, a favor da Austrália.

¹²⁹ Neste sentido vide, Anthony HEISER, Op. Cit., p. 66.

do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM)¹³⁰ e da jurisdição do TIJ¹³¹ para a resolução de controvérsias relacionadas com a delimitação de fronteiras marítimas. Com este comportamento, a Austrália está *per si*, unilateralmente, a impedir a obtenção de um acordo definitivo e a tentar prolongar, pelo máximo de tempo possível, um regime que o Direito Internacional exige ser temporário, pela sua própria natureza. Esta retirada poderá, ainda, consubstanciar uma violação do princípio consuetudinário internacional de resolução pacífica dos conflitos¹³² previsto no n.º 3 do artigo 2.º e do artigo 33.º da Carta da ONU e no artigo 297.º da CNUDM, sobretudo pelos contornos que esta retirada assume. Relembre-se que a Austrália manteve, com o TMT, essencialmente, o mesmo regime previamente acordado com a Indonésia e cujo processo de obtenção do acordo foi altamente influenciado por questões de natureza política e com base em argumentos geomorfológicos que hoje não são considerados no processo de delimitação marítima. Para além disso, o Acordo de Unitização é, como vimos, altamente favorável à Austrália na parte da repartição das receitas de exploração e aproveitamento, da área unitizada, sobretudo porque várias dúvidas persistem sobre o limite da linha traçada a leste defendido pela Austrália. Neste contexto e considerando, particularmente, que a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais existentes no Mar de Timor seriam, como na verdade são, essenciais ao financiamento do novo Estado de Timor-Leste e que mais cedo ou mais tarde, os termos do regime em vigor seriam discutidos judicialmente, a posição australiana não demonstra, senão, uma tentativa de impedir a resolução pacífica de um conflito latente.

¹³⁰ A 21 de março de 2002, a Austrália emitiu, ao abrigo n.º 1 do artigo 287.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 298.º da CNUDM, uma declaração onde afastou a jurisdição do TIJ, do TIDM ou qualquer outro mecanismo previsto na secção II da Parte XV da CNUDM, para a resolução de disputas relativas à interpretação dos artigos 15.º, 74.º e 83.º da CNUDM, à delimitação marítima ou que envolvam baías ou títulos históricos. Vide a declaração australiana relativa à jurisdição do TIDM, (consultado a 8 de março de 2013), disponível em: http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_declarations.htm#Australia%20after%20ratification.

¹³¹ A declaração diz, expressamente, que fica excluída a jurisdição do TIJ, no que se refere à delimitação de zonas marítimas, incluindo o mar territorial, a ZEE, a plataforma continental e todas as controvérsias relativas à exploração e aproveitamento de uma área em litígio ou adjacente a uma área em litígio. Vide, a declaração australiana relativa ao TIJ, (consultado a 8 de março de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/jurisdiction/index.php?p1=5&p2=1&p3=3&code=AU>

¹³² Nguyen Quoc DINH, Patrick DAILLIER, Alain PELLET, *Direito Internacional Público*, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 844.

2. A obrigação de se estabelecer um acordo temporário de carácter prático

Realçando a sua natureza temporária e de carácter prático, os três tratados apresentam, cláusulas de salvaguarda quanto à delimitação permanente da fronteira marítima¹³³.

Instituiu-se, para este efeito, que as disposições dos Tratados ou qualquer ato praticado no âmbito da sua execução, em nada afetam nem podem ser usados ou interpretados, como fundamento para a delimitação da fronteira marítima permanente entre os dois Estados, nem para determinar, apoiar ou negar a posição de qualquer das partes, quanto à mesma ou serem vistos como renúncia ou reconhecimento de qualquer direito ou reivindicação relativos ao Mar de Timor.

Este tipo de cláusulas *sem prejuízo* são típicas dos acordos de aproveitamento conjunto¹³⁴ e compreendem-se, na medida em que se traduzem no reconhecimento pelos Estados envolvidos de que o regime prático e temporariamente acordado, não passa de uma medida transitória e imediata, independente das negociações finais para uma delimitação definitiva. Quanto a esta questão e, muito embora, sempre se possa juridicamente invocar a doutrina do estoppel já analisada pelo TIJ¹³⁵, cremos que o regime prático e temporariamente acordado não poderá vir a influenciar os termos da delimitação definitiva, tal como decorre da própria letra dos artigos 74.º e 83.º, que é clara ao evidenciar que “*tais ajustes não devem prejudicar a delimitação definitiva*”¹³⁶.

Parece-nos, portanto, que destes acordos e das atividades deles decorrentes, não nasce qualquer direito adquirido¹³⁷, nem quanto à delimitação das áreas, nem quanto ao

¹³³ Vide, o artigo 2.º do TMT, o artigo 2.º do Acordo de Unitização e o artigo 2.º do Tratado sobre Ajustes Marítimos, estes dois últimos mais completos do que o artigo constante do TMT.

¹³⁴ Como nota Vasco BECKER-WEINBERG, Op. Cit., p. 270, o acordo de delimitação da plataforma continental entre a Espanha e a França, para o aproveitamento conjunto da Baía da Biscaia, o acordo celerado entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe e, ainda, o acordo de aproveitamento conjunto, entre o Bahrein e a Arábia Saudita, apresentam cláusulas semelhantes.

¹³⁵ TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia*, Op. Cit., p.57, para 96, o TIJ considerou para efeitos de delimitação, a linha operacional previamente acordada entre as partes como sendo um facto significativo a considerar. No mesmo sentido Jonathan CHARNEY, «Ocean boundaries (...)», Op. Cit., p. 602.

¹³⁶ Uma das formas de manter intactos os termos de uma solução definitiva é, como vimos, através da obrigação de contenção mútua já referida.

¹³⁷ Rainer LAGONI, Op. Cit., p. 359 e, ainda, no mesmo sentido, vide Myron H. NORDQUIST, *et al.*, Op. Cit., vol. II, 1993, p. 984.

regime de aproveitamento e exploração dos recursos naturais a ele subjacentes. Por isso, os termos prática e provisoriamente acordados entre os Estados são independentes da delimitação permanente a que haja lugar, para as quais o Direito do Mar estabelece orientações mais definidas. A natureza prática reflete, exatamente, a ideia que estes acordos visam encontrar uma solução imediata e exequível para resolver um impasse entre os Estados envolvidos¹³⁸, sem que isso envolva, qualquer reflexão sobre a delimitação permanente.

A duração deste tipo de acordos assume, também, importância preponderante e, em nosso ver, com implicações práticas significativas. A CNUDM é omissa, quanto ao período máximo destes ajustes, no entanto, parece-nos que a sua duração tem de ser concretamente analisada tendo em conta o espírito e a finalidade que preside aos artigos 74.º e 83.º.

Ora, o regime estabelecido *temporariamente* para o Mar de Timor tem uma duração de cinquenta anos, período durante o qual as partes estão obrigadas a manter, como já referimos, o *status quo* acordado. Cinquenta anos parece-nos ser um período temporal bastante longo, para ser classificado como temporário, sobretudo numa perspectiva de sustentabilidade, à luz princípio da equidade inter-geracional¹³⁹ e no dano que se pode provocar às gerações futuras, essencialmente, se atendermos às consequências decorrentes da exploração e aproveitamento de recursos naturais não renováveis.

Após os cinquenta anos de vigência dos ajustes provisórios de carácter prático, a delimitação permanente da fronteira acaba por perder todo o seu interesse, já que findo esse período, grande parte dos recursos naturais existentes no Mar de Timor, particularmente os recursos minerais estarão completamente esgotados.

Isto parece consubstanciar, na nossa opinião, uma clara situação de abuso de direito¹⁴⁰, proibido pelo artigo 300.º da CNUDM, na medida em que visa transformar um regime que se quer temporário, numa solução definitiva. O que se consegue através

¹³⁸ Vasco BECKER-WEINGBERG, Op. Cit., p. 266.

¹³⁹ Sobre o princípio da equidade inter-geracional, vide Christina VOIGT, *Sustainable Development as a Principle of International Law, Resolving conflicts between Climate Measures and WTO Law*, Leiden- Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2003, pp. 50-51.

¹⁴⁰ O abuso de direito no Direito Internacional, traduz-se no exercício de um direito por um Estado de tal maneira ou em circunstâncias, que indicam que o seu exercício visa evitar, de forma indireta, o cumprimento de uma obrigação internacional ou realizar um propósito não reconhecido ou fora do âmbito previsto para esse Estado, vide Myron H. NORDQUIST. *et al.*, Op. Cit., vol. V, p. 152.

da cláusula da moratória é, através do uso de uma prerrogativa legalmente prevista para uma situação temporária, manter um regime materialmente permanente para a exploração a aproveitamento de recursos naturais, subvertendo o espírito que preside à natureza deste instituto. Pese embora nada impeça os Estados de, findos os cinquenta anos, de duração deste regime, reatarem as negociações para a delimitação permanente da fronteira, a realidade é que terminado esse período, a maioria dos recursos naturais do Mar de Timor, ter-se-ão esgotado e, com eles, grande parte do interesse da delimitação permanente. Chegou-se, assim, a uma solução materialmente definitiva, mas sem se cumprir os requisitos de uma solução equitativa previstas pela CNUDM, que não pode deixar de ser considerada como abuso de direito e violadora das regras da boa-fé¹⁴¹.

De qualquer das formas, independentemente, da existência ou não de normas convencionais, que permitam a sua desvinculação somos defensores, que atenta a natureza temporária e provisória do regime estabelecido para o Mar de Timor, qualquer uma das partes pode desvincular-se do mesmo nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 56.º da CVDT atenta a “*natureza do Tratado em questão*”¹⁴², notificando a outra parte, pelo menos com doze meses de antecedência da sua intenção de proceder à denúncia do mesmo. Se é pacífico na doutrina que há tratados insuscetíveis de denúncia¹⁴³, também o contrário se deve considerar, isto é, tratados que pela sua natureza intrínseca são provisórios por natureza, como acontece com aqueles elaborados ao abrigo do artigo 74.º e 83.º da CNUDM, não se podendo estabelecer um regime convencional que derogue esta natureza.

¹⁴¹ O princípio da boa-fé decorre, diretamente, do artigo 300.º da CNUDM e constitui uma emanção expressa do n.º 2 do artigo 2.º da Carta da ONU e do artigo 26.º da CVDT. Trata-se de um princípio associado à própria ideia de justiça que, no âmbito da delimitação marítima, foi ganhando reconhecimento como costume internacional, sempre que estejam em causa direitos de Estados vizinhos, vide Rainer LAGONI, Op. Cit. 355. Sobre a boa-fé no Direito Internacional vide Paulo Emílio Vauthier Borges de MACEDO, «Comentários ao artigo 26», in Aziz Tuffi SALIBA (org), *Direito dos Tratados Comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969)*, Arraes editores, Belo Horizonte, 2011, pp. 182-189.

¹⁴² Fernando Loureiro BASTOS, *A Internacionalização (...)*, Op. Cit., p. 414 e Rainer LAGONI, Op. Cit., p. 358.

¹⁴³ André Gonçalves PEREIRA, Fausto de QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª ed. Lisboa, Almedina, 2005, p. 250.

CAPÍTULO V – A CNUDM e a evolução jurisprudencial do TIJ: princípios e métodos de delimitação marítima aplicáveis entre Estados com costas opostas

Os fundamentos que serviram de base às convenções internacionais celebradas entre a Austrália e a Indonésia para a exploração e aproveitamento do Mar de Timor foram substancialmente alterados ao longo da década de oitenta devido à enorme evolução sofrida pelo Direito do Mar. Tais alterações foram impulsionadas pela negociação da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, iniciadas em 1973, que culminaram com a aprovação da CNUDM, a 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay¹⁴⁴.

A CNUDM entrou em vigor a 16 de novembro de 1994 e veio estabelecer o regime jurídico internacional dos espaços marítimos delimitando, entre outros, os limites da soberania e de jurisdição do Estado costeiro, nomeadamente no que se refere às águas interiores, águas arquipelágicas, mar territorial, zona contígua, ZEE e plataforma continental. Para além dos limites da soberania estadual¹⁴⁵, criou-se um regime autónomo para o alto mar e para a Área, considerada, como património comum da humanidade¹⁴⁶.

Pese embora algumas das disposições integradas na CNUDM fossem novas¹⁴⁷, a maioria das suas normas assume natureza costumeira¹⁴⁸¹⁴⁹, o que acaba por dotar a

¹⁴⁴ Para mais desenvolvimentos sobre a conferência, vide Armando Marques GUEDES, Op. Cit. pp. 65-86. Sobre a importância da CNUDM e o processo negocial, vide Fernando Loureiro BASTOS, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, AAFDL, Lisboa, 2005 pp. 189-204.

¹⁴⁵ Hugo Grócio foi o primeiro a defender a liberdade dos mares levantando-se conta a política do *Mare Clausum*, acordado no Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre Portugal e Espanha. Vide, Hugo GROTIUS, *The Freedom of the Seas*, New York, Oxford University Press, 1916.

¹⁴⁶ O artigo 86.º e seguintes da CNUDM dispõem sobre o regime jurídico do alto mar e dizem respeito à coluna e à superfície das águas internacionais; a partir do artigo 133.º referem-se à Área, enquanto leito do mar, fundos marinhos e o seu subsolo, património comum da humanidade. Mesmo antes da CNUDM, a Assembleia Geral da ONU havia já proclamado tal natureza na Resolução n.º 2749 de 17 de dezembro de 1970.

¹⁴⁷ Nomeadamente disposições relativas à exploração da Área (Parte XI) e à resolução de controvérsias (parte XV).

¹⁴⁸ Robin CHURCHILL e Vaughan LOWE, *The law of the sea*, 3rd ed., Manchester University Press, 1999, p. 148.

¹⁴⁹ A maioria dos Estados apologistas que as normas da CNUDM não têm natureza costumeira baseiam-se, sobretudo, no conceito de *negociação global*, no sentido em que, as normas são resultado de várias negociações e compromissos, nos quais terceiros Estados não podem encontrar suporte para o direito costumeiro, atento o carácter unitário da Convenção. Os Estados defensores da natureza costumeira das normas da CNUDM, alegam que o carácter negocial da Convenção, não impede que

CNUDM “*de uma universalidade que vai além do número de ratificações, indicadoras de uma vinculação formal ao que nela está preceituado.*”¹⁵⁰

As inovações positivadas na CNUDM, particularmente, no que se refere à criação da ZEE, ao novo conceito de plataforma continental¹⁵¹ e às normas aplicáveis para a delimitação provisória destes dois institutos, entre Estados com costas frente a frente, são, particularmente, significativas e levaram a um ajustamento do entendimento jurisprudencial do TIJ, quanto aos princípios aplicáveis à delimitação marítima. Por este motivo, a sua consideração é essencial e não pode deixar de ser tida em conta para o atual enquadramento dos limites da jurisdição dos Estados de Timor-Leste e da Austrália sobre o Mar de Timor e para a determinação dos princípios aplicáveis à delimitação permanente da fronteira entre ambos¹⁵².

1. A criação da ZEE

A ZEE foi formalmente institucionalizada com a CNUDM¹⁵³, para dar resposta aos problemas levantados na jurisdição sobre a coluna de água, em particular, para efeitos de gestão e controlo das pescas. Os direitos do Estado costeiro sobre a ZEE, não obstante, tenham que ser especificamente reclamados, decorrem exclusivamente da

certas normas tenham adquirido natureza costumeira pela prática alargada dos Estados e da convicção da sua obrigatoriedade. Vide, Rosa Maria Martins ROCHA, Op. Cit., pp. 569-665.

¹⁵⁰ Vide Marta Chantal RIBEIRO, «O Direito do Mar, sua Evolução e Repercussões», in Nuno Vieira MATIAS, Viriato SOROMENHO-MARQUES, João FALCATO, Aristides G. LEITÃO (coord.), *Políticas Públicas do Mar*, Esfera do Caos, 2010, p. 26, no mesmo sentido Rosa Maria Martins ROCHA, Op. Cit., p. 658.

¹⁵¹ O artigo 311.º da CNUDM estabelece que esta prevalece, entre Estados Partes, sobre as Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar de 29 de abril de 1958. Para mais desenvolvimentos sobre a relação entre as Convenções de Genebra e a CNUDM, vide Marta Chantal RIBEIRO, «O Tempo na Cessação...» Op. Cit., pp. 178 -182

¹⁵² A Indonésia ratificou a CNUDM a 3 de fevereiro de 1986 e a Austrália a 5 de outubro de 1994. Timor-Leste tornou-se o 165.º Estado parte da Convenção a 8 de janeiro de 2013. No entanto, à data da assinatura dos três Tratados Timor-Leste não se encontrava vinculada às disposições da Convenção, pese embora as suas principais normas, nomeadamente, aquelas relativas à delimitação da plataforma continental e da ZEE entre Estados com costas opostas, se aplicassem por constituírem normas de costume internacional, como teremos oportunidade de demonstrar neste capítulo.

¹⁵³ Para mais desenvolvimentos sobre o processo histórico que deu origem à ZEE vide, Josef KUNZ, «continental Shelf and international law: confusion and abuse», in *American Journal of International Law*, 1956 vol. 50 (4), pp. 835-836 e Jorge Bacelar GOUVEIA, «Zona (...)», Op. Cit., p. 646.

distância e em nada se relacionam com o conceito de prolongamento natural do território ou as características geomorfológicas do leito do mar e do subsolo¹⁵⁴.

Neste contexto, a CNUDM veio conceder aos Estados costeiros o direito a reclamar uma ZEE que integra a coluna e superfície da água, o leito do mar e o subsolo, desde o limite externo do mar territorial, até um limite máximo de 200 milhas náuticas contadas a partir da linha de base usadas para medir a largura do mar territorial, com direito de exploração e aproveitamento, não só dos recursos existentes na coluna de água (peixes), como dos recursos do leito do mar e do subsolo (tradicionalmente petróleo e gás natural, mas também espécies sedentárias)¹⁵⁵.

Como nota Churchill e Lowe, a ZEE constitui uma área *sui generis*¹⁵⁶ adjacente ao mar territorial, na qual os Estados costeiros exercem direitos de soberania, para efeitos de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais vivos ou não vivos e jurisdição para efeitos de investigação científica e conservação do ambiente marinho.

O relevo atribuído à ZEE, desde a sua criação, é de tal ordem que as disposições constantes na CNUDM, no que se refere à delimitação da mesma, entre Estados com costas opostas, são já consideradas como direito consuetudinário¹⁵⁷. Daqui decorre, que um Estado para beneficiar da ZEE, não tem necessariamente de ser signatário da CNUDM¹⁵⁸, bastando que proceda à sua reclamação formal.

Esta questão assume-se essencial para o Mar de Timor por dois motivos. Em primeiro lugar, porque, pese embora Timor-Leste não tenha ratificado a CNUDM à data

¹⁵⁴ Durante a III Conferência da ONU sobre o Direito do Mar foi discutido se o novo conceito de ZEE deveria ou não absorver a plataforma continental, uma vez que a primeira inclui, também, no seu objeto, direitos sobre o leito e o subsolo do mar nos termos 56.º n.º 1 da CNUDM. Acabou por se manter a autonomia dos dois institutos, através da obtenção de um consenso previsto no n.º 3 do artigo 56.º, onde se estabelece que os direitos do Estado costeiro respeitantes ao leito do mar e ao seu subsolo são exercidos nos termos da Parte VI, relativa à plataforma continental. Para mais desenvolvimentos vide Myron H. NORDQUIST, *et al.*, Op. Cit., vol. II, 1993, pp. 825-985

¹⁵⁵ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 22.

¹⁵⁶ Robin CHURCHILL e Vaughan LOWE, Op. Cit., p. 166.

¹⁵⁷ Seria prematuro afirmar-se que todo o regime constante da CNUDM é já direito consuetudinário, no entanto, dúvidas não existem quanto ao artigo 74.º. Neste sentido vide David Joseph ATTARD, *The Exclusive Economic Zone in International Law*, Oxford, Oxford University Press / Clarendon Press, 1987 (reprinted as paperback 1990), p. 237. Vide ainda TIJ, *Caso da Plataforma Continental Jamahiriya Árabe entre a Líbia e Malta*, p. 24 para 34, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/68/6415.pdf>

¹⁵⁸ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 24.

da assinatura dos tratados relativos ao Mar de Timor, procedeu à reclamação formal da sua ZEE através da aprovação da Lei n.º 7/2002, de 24 de agosto¹⁵⁹ tendo, por isso, os direitos a ela inerentes. Em segundo lugar, porque os recursos vivos da coluna de água são, a par dos recursos minerais, uma importante fonte de riqueza do Mar de Timor que não pode ser descurada¹⁶⁰.

2. O novo conceito de plataforma continental

A CNUDM veio, no artigo 76.º, alterar, em termos substanciais, o conceito de plataforma continental existente na Convenção de Genebra. Este novo conceito é, essencialmente, jurídico na medida em o título do Estado costeiro sobre a plataforma continental fica dependente, exclusivamente, do critério da distância, abandonando-se, definitivamente, os critérios da isóbata dos 200 metros e da explorabilidade decorrentes da Convenção de Genebra¹⁶¹.

O objetivo desta nova definição foi tornar menos ambíguo e mais objetivo o conceito de plataforma continental garantindo-se, por um lado, a certeza e a segurança jurídica no processo da sua delimitação e, por outro, a igualdade dos Estados.

Desta disposição decorre, também, que os direitos de soberania (e não de mera fruição), do Estado costeiro para a exploração e aproveitamento dos recursos naturais existentes na plataforma continental derivam da distância das 200 milhas náuticas, sendo independentes das características do subsolo do leito do mar ou de qualquer possibilidade de exploração. Em consonância com este entendimento, o artigo 77.º da CNUDM, vem garantir que os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental, para além de exclusivos, são independentes da sua ocupação efetiva ou de

¹⁵⁹ Artigo 7.º da Lei n.º 7/2002, Op. Cit., estabelece que “*O limite exterior da zona económica exclusiva de Timor-Leste é definido por uma linha em que cada um dos pontos se situa a uma distância de duzentas milhas náuticas do ponto mais próximo da linha de base*”.

¹⁶⁰ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 3.

¹⁶¹ A nova noção de plataforma continental introduzida pela CNUDM faz, apenas, coincidir parcialmente, o seu conceito jurídico e físico. Com efeito, inexistente qualquer relação entre ambos os conceitos até às 200 milhas náuticas. Apenas além das 200 milhas náuticas, existe relação entre os conceitos, na medida em que, a plataforma continental, só existe em termos jurídicos, se existir em termos físicos. Terminológica e fisicamente, o que está em causa neste caso já não é a plataforma continental, mas sim a margem continental. Para mais desenvolvimentos sobre a extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, vide Marisa Caetano FERRÃO, Op. Cit.,.

qualquer declaração expressa. O carácter *excludendi omnes alios*¹⁶² destes direitos permite ao Estado, se assim entender, não explorar ou aproveitar os recursos existentes na plataforma continental, sem que com isso, outros Estados possam proceder a tais atividades ou reivindicar os mesmos direitos¹⁶³. Para além disso, esta disposição transforma qualquer atividade de exploração ou aproveitamento efetuada por um terceiro Estado, sem o devido consentimento do Estado costeiro, ilegal e passível de desencadear a sua responsabilidade internacional.

A partir da CNUDM, o título jurídico do Estado costeiro sobre a plataforma continental passou, assim, a estar assente, primordialmente, na distância das 200 milhas náuticas sendo, absolutamente, irrelevantes as características físicas e geomorfológicas do subsolo e do prolongamento natural do território que, como notamos, foi o principal argumento usado pela Austrália, no processo de negociação do regime jurídico estabelecido para o Mar de Timor e que atualmente não encontra apoio no moderno Direito do Mar.

3. A fronteira marítima única para a delimitação da ZEE e da plataforma continental

O regime jurídico da ZEE e da plataforma continental apresenta diferenças relevantes. A ZEE é uma área marítima opcional, dependendo de expressa reclamação por parte dos Estados costeiros, ao passo que os direitos sobre a plataforma continental, existem *ipso facto e ab initio*, sem necessidade de reclamação sendo inerentes, exclusivos e originários. Os direitos do Estado sobre a plataforma continental são extensíveis, de acordo com as normas previstas na CNUDM, para além das 200 milhas náuticas, segundo o princípio do prolongamento natural do território, ao passo que o regime consagrado para a ZEE, não admite tal extensão. O regime da ZEE abrange a coluna de água e os seus respetivos recursos, mas a sua exploração, está sujeita às regras sobre a partilha dos excedentes dos recursos vivos nela existentes com outros Estados, particularmente, com os Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos, o que não acontece na plataforma continental.

¹⁶² Armando Marques GUEDES, Op. Cit., p. 185.

¹⁶³ Veja-se, a positivação constante do artigo 81.º da CNUDM determinando que “*O Estado costeiro terá o direito exclusivo de autorizar e regulamentar as perfurações na plataforma continental, quaisquer que sejam os fins.*” (sublinhado nosso).

As diferenças existentes entre os dois institutos não justificam, porém, a consagração de um regime legal divergente para a sua delimitação, entre Estados com costas opostas ou adjacentes. É pois, a própria CNUDM que, nos artigos 74.º e 83.º ¹⁶⁴, *mutatis mutandis*, prescreve que a delimitação da ZEE e da plataforma continental, entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, deve ser feita por acordo em conformidade com o Direito Internacional a que alude o artigo 38.º do estatuto o TIJ, de forma a obter-se uma solução equitativa.

Assim sendo, tratando-se da delimitação de áreas marítimas, pertencentes aos mesmos Estados e na ausência de normas da CNUDM, que se refiram a uma delimitação conjunta, cumpre indagar se a delimitação da ZEE e da plataforma continental, no mesmo espaço marítimo, deve obedecer a diferentes critérios ou se, pelo contrário, a linha divisória deve ser a mesma. Deve ser traçada uma linha de demarcação única que divida simultaneamente a ZEE e a plataforma continental ou podem traçar-se linhas divisórias diferentes?

Na ausência de normas da CNUDM a este respeito, há quem defenda que nada obriga a que exista uma linha de delimitação única entre a ZEE e a plataforma continental ¹⁶⁵, nem se pode presumir que a linha de delimitação de uma realidade seja extensível à outra ¹⁶⁶, na medida em que estamos perante realidades jurídicas distintas e autónomas segundo o Direito do Mar.

Neste sentido, Ong ¹⁶⁷ aponta para o facto de inexistir no Direito Internacional, qualquer norma obrigatória que imponha aos Estados a adoção de uma fronteira única.

O’Connel ¹⁶⁸ é apologista da demarcação única atenta a simplicidade, a certeza e a conveniência associadas à existência de uma fronteira única para os espaços marinhos.

¹⁶⁴ O Artigo 83.º da CNUDM ficou conhecido como fórmula Koh, à data, nome do presidente da conferência e natural de Singapura.

¹⁶⁵ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, opinião separada do juiz Gros, p. 123, para. 8, (consultado a 26 de março de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/67/6375.pdf>.

¹⁶⁶ Prosper WEIL, Op. Cit., p. 146, realçando as vantagens da delimitação única, é apologista de que não se devem considerar extensíveis à ZEE, os acordos de delimitação da plataforma continental, elaborados com base no princípio do prolongamento natural do território emerso. No mesmo sentido, Duarte Lynce FARIA, *A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal, Do Rio Minho às Ilhas Selvagens, na golada do Guadiana e no Mar de Timor*, Lisboa, AAFDL, Função Mário Soares, Porto de Leixões, 2002, p. 269.

¹⁶⁷ David ONG, «The New Timor Sea (...), Op. Cit., p. 86.

¹⁶⁸ Daniel Patrick O’CONNEL, Op. Cit., p. 729.

Marques Antunes, por sua vez, é defensor de que a existência de uma fronteira marítima única, longe de ser obrigatória pelo Direito Internacional, apenas deve ser seguida, se tal consubstanciar uma solução equitativa, considerando que a questão da existência de fronteira única, acaba por ser uma circunstância a ter em conta, em todo o processo de delimitação marítima. Nas suas palavras “*saber-se, num caso concreto, se deve efetuar-se uma delimitação que consagre a fronteira única, resume-se, exclusivamente, à ponderação das circunstâncias relevantes da situação em apreciação*”¹⁶⁹.

Poderá também arguir-se, na sequência da posição do juiz Oda¹⁷⁰, da prevalência da ZEE, no moderno Direito do Mar e a sua tendência para absorver a plataforma continental, o que nos levaria a concluir que a delimitação marítima da plataforma continental, estaria subjugada à delimitação da ZEE e, como tal, ao critério exclusivo da distância.

Poderá, ainda, legalmente arguir-se a submissão do regime da ZEE ao da plataforma continental, atento o facto deste instituto ser mais antigo, incondicional e independente de qualquer ocupação ou reclamação.

O TIJ ainda não se pronunciou, diretamente, sobre a validade da dualidade de critérios para a delimitação da ZEE e da plataforma continental. No entanto, como sublinhou no caso entre a Líbia e Malta, ambos os conceitos estão interligados no moderno Direito do Mar e “*embora possa existir plataforma continental sem existir uma zona económica exclusiva, não poderá haver uma zona económica exclusiva sem a correspondente plataforma continental*”¹⁷¹.

Isto poderá levar-nos a sustentar que, estando a ZEE e a plataforma continental intimamente relacionadas, a delimitação das fronteiras das duas realidades marítimas deverá ser feita, com base nos mesmos critérios e dar origem a uma única linha divisória.

¹⁶⁹ Nuno Marques ANTUNES, *A Delimitação de Espaços Marítimos, Relatório da disciplina de Direito Internacional Público, (regência do Professor Doutor Armando Marques Guedes)*, Faculdade de Direito de Lisboa, Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas ano letivo 1995- 1996, p. 90, 110. Para mais desenvolvimentos doutrinários vide Myron H. NORDQUIST, *et al.*, Op. Cit., vol. II, p. 551.

¹⁷⁰ TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia, opinião separada do juiz Oda*, p. 235, para. 146. (consultado a 7 de março de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/63/6279.pdf>.

¹⁷¹ TIJ, *Caso entre a Líbia e Malta*, Op. Cit., p. 24 para. 34.

A favor deste argumento vai a orientação do TIJ, expressa no caso do Golfo do Maine, no sentido de que a unidade da linha divisória, para além de decorrer do direito e da prática internacional¹⁷², é aquela que melhor respeita a unidade dos vários ecossistemas¹⁷³.

Neste caso, o TIJ deu preferência à utilização de um critério de delimitação único, que possa servir múltiplos propósitos e evitar as desvantagens associadas à pluralidade de delimitação¹⁷⁴. A mesma orientação foi seguida, na sentença arbitral sobre o diferendo entre a Guiné e a Guiné Bissau, em 1983, onde o tribunal arbitral, no seguimento da vontade das partes, delimitou uma fronteira única entre a plataforma continental e a ZEE¹⁷⁵. No caso entre o Qatar e o Bahrain¹⁷⁶, o TIJ fez também questão de sublinhar que a delimitação das duas áreas marítimas se tem mostrado, pelo decorrer da prática internacional, intimamente relacionada.

Nas opiniões separadas que emitiram sobre o caso, entre a Tunísia e a Líbia, o juiz Jiménez de Aréchaga¹⁷⁷ e o juiz Evensen¹⁷⁸ foram altamente defensores da unidade da delimitação marítima, arguindo a possível absorção do conceito de plataforma continental pela ZEE. O juiz Oda vai, inclusive, mais longe, referindo que é difícil negar que, pelo menos relativamente à plataforma continental que não se estenda para além das 200 milhas náuticas, a noção de plataforma continental, está em vias de ser assimilada ou incorporada na ZEE¹⁷⁹.

¹⁷² TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, p.25, para. 26., (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/78/6743.pdf>.

¹⁷³ TIJ, *Caso do Golfo do Maine* Op. Cit., p.84, para. 193

¹⁷⁴ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p.85, para. 194.

¹⁷⁵ Acórdão do Tribunal Arbitral (ATA) no *Caso da Delimitação da Fronteira Marítima entre a Guiné e a Guiné-Bissau*, in *International Legal Materials* XXV-2 (1986), pp. 251 ss. de 1985, para.113.

¹⁷⁶ TIJ, *Caso da delimitação marítima e territorial entre o Qatar e o Bahrain*, p. 75, para. 231 (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/87/7027.pdf>.

¹⁷⁷ TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia, opinião separada do juiz Jiménez de Aréchaga*, p. 101, para. 56 e p. 116, para. 99. (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/63/6275.pdf>.

¹⁷⁸ TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia, opinião separada do juiz Evensen*, p. 272-274, para. 9 e 10. (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/63/6281.pdf>.

¹⁷⁹ TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia, opinião separada do juiz Oda*, Op. Cit., p. 213 para. 126 e p. 233. para. 130.

A priori, diríamos que nada impede que a delimitação das duas áreas seja feita de forma diferente: a CNUDM é imparcial neste domínio e a própria autonomia das duas figuras poderá levar-nos a concluir, que a existência de duas linhas divisórias diferentes será admissível, se tal consubstanciar uma solução equitativa. No entanto, notam Churchill e Lowe¹⁸⁰ que a prática internacional¹⁸¹, vai no sentido inverso, já que a esmagadora maioria dos acordos celebrados¹⁸², tem adotado uma delimitação marítima única, sobretudo por questões de simplicidade, certeza e conveniência¹⁸³.

Esta questão assume particular importância para o Mar de Timor, na medida em que o atual regime, temporária e provisoriamente estabelecido, prevê duas linhas divisórias diferentes: uma para a plataforma continental coincidente com os limites fronteiriços do

¹⁸⁰ Robin CHURCHILL e Vaughan LOWE, Op. Cit., p. 196.

¹⁸¹ TIJ, *Caso da delimitação marítima e territorial entre o Qatar e o Bahrain*, Op. Cit., p. 57, para. 173. O TIJ sublinhou que a delimitação unitária entre ZEE e a plataforma continental não decorre de nenhuma regra de Direito Internacional, mas antes de uma prática generalizada dos Estados. A mesma orientação foi mantida no caso entre os Camarões e a Nigéria, vide TIJ, *Caso da delimitação terrestre e marítima entre os Camarões e a Nigéria*, p. 141, para. 286, (consultado a 22 de fevereiro de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/94/7453.pdf>.

¹⁸² Destaca-se entre outros: o Acordo celebrado em 1997, entre a Geórgia e a República da Turquia, o título original do Acordo é «*Protocol between the Government of the Republic of Turkey and the Government of Georgia on the Confirmation of the Maritime Boundaries between them in the Black Sea 14 July 1997*» (consultado a 18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/TUR-GEO1997BS.PDF>; o Acordo celebrado em 1997, entre a República da Bulgária e a República da Turquia, o título original do acordo é «*Agreement between the Republic of Turkey and the Republic of Bulgaria on determination of the boundary in the mouth area of the Mutludere/Rezovska river and delimitation of the maritime areas between the two states in the Black Sea 4 December 1997*», (consultado a 18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/TUR-BGR1997MB.PDF>; o Acordo celebrado em 1996, entre a República da Estónia e a República da Letónia, o título original do acordo é «*Agreement between the Republic of Estonia and the Republic of Latvia on the Maritime Delimitation in the Gulf of Riga, the Strait of Irbe and the Baltic Sea 12 July 1996*», (consultado a 18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/EST-LVA1996MD.PDF>. Todos estabeleceram limites unitários entre a ZEE a plataforma continental. Já o acordo celebrado entre a Argentina e o Uruguai, relativo ao Rio de La Plata, cujo título original do acordo é «*Treaty between Uruguay and Argentina concerning the Rio de la Plata and the Corresponding Maritime Boundary 19 November 1973*», (consultado a 18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/URY-ARG1973MB.PDF>, estabeleceu linhas divisórias diferentes para a zona de pescas e a delimitação do leito marinho, assim como, o Acordo celebrado entre a Austrália e a Papua Nova Guiné, sobre o estreito de Torres, cujo título original do Acordo é «*Treaty between Australia and the Independent State of Papua New Guinea concerning sovereignty and maritime boundaries in the area between the two countries, including the area known as Torres Strait, and related matters, 18 December 1978*», consultado a (18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-PNG1978TS.PDF>

¹⁸³ Nugzar DUNDUA, *Delimitation of maritime boundaries between adjacent States*, Georgia, United Nations – The Nippon Foundation Fellow, 2006-2007, p. 38.

TMT e outra estabelecida para a ZEE, no Tratado sobre Ajustes Marítimos, com base na linha mediana. Como teremos oportunidade de esclarecer adiante, este regime sendo temporário não deverá influenciar a delimitação marítima permanente que vier a ter lugar, sendo esta uma questão primordial a considerar no seio das negociações definitivas.

4. Princípios e métodos de delimitação marítima aplicáveis entre Estados com costas opostas

A CNUDM veio abrir caminho para a consagração de uma *nova ordem internacional do mar*¹⁸⁴, apologista da obtenção uma solução equitativa para o processo de delimitação marítima entre Estados adjacentes ou com costas apostas obtida, preferencialmente, por acordo. Com efeito, os artigos 74.º e 83.º não conferem qualquer primazia ao método¹⁸⁵ de delimitação, apenas, especificando que a solução encontrada entre as partes deve ser equitativa, tendo em conta as circunstâncias do caso concreto¹⁸⁶. Como nota Nelson¹⁸⁷, a consagração de uma solução como esta, vem permitir, que cada caso de delimitação marítima seja *unicum*, no sentido em que, é possível atender, a todos os fatores, que devam ser considerados pertinentes, sem que, para isso, o Direito Internacional ofereça uma enumeração exaustiva.

Pese embora convencionalmente não se imponha nenhum método de delimitação, duas consequências importantes se extraem das normas dos artigos 74.º e 83.º. Em primeiro lugar, o acordo entre os Estados deve ser obtido segundo os trâmites da boa-

¹⁸⁴ Fausto QUADROS, Paulo OTERO, Jorge Bacelar GOUVEIA, *Portugal e o Direito do Mar*, Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática Série A, 2004, p. 125.

¹⁸⁵ No âmbito da delimitação marítimas, vários métodos podem ser usados, como “o da linha mediana, o da linha mediana sujeita a um fator de correção equitativa, o da linha perpendicular em relação à direção geral da costa, usando um bisetor do ângulo das linhas que expressam a direção geral das costas relevantes, e o da criação de uma zona de desenvolvimento conjunto.” Vide Ian BROWNLIE, *Princípios de (...) Op. Cit.*, p. 244.

¹⁸⁶ Jonathan CHARNEY, «Ocean boundaries between nations: a theory for progress», in *American Journal of International Law*, 1984, vol. 78 (3) p. 594.

¹⁸⁷ Nelson L.D.M., «*The Roles (...) Op. Cit.* pp. 839, 851.

fé¹⁸⁸ e respeitar o Direito Internacional a que faz referência o artigo 38.º do Estatuto do TIJ (as convenções, o costume internacional e as fontes mediatas de direito). Em segundo lugar, como já notámos, significa que a solução encontrada deve ser equitativa.

Atento o vazio normativo da CNUDM, assume particular significado a análise da orientação do TIJ, no âmbito da consideração das várias circunstâncias que devem ser ponderadas, na delimitação marítima de Estados com costas opostas, tendo em vista a obtenção de um acordo equitativo.

4.1 O princípio da equidistância

A CNUDM apenas manteve o princípio da equidistância¹⁸⁹, para efeitos de delimitação do mar territorial¹⁹⁰, sendo omissa quanto à sua aplicação para a delimitação da ZEE e da plataforma continental. Refletindo esta alteração, a orientação jurisprudencial do TIJ tem sido uniforme, ao determinar que o princípio da equidistância, não é obrigatório, por não corresponder a uma norma de costume internacional¹⁹¹, nem constitui um método privilegiado face aos restantes, devendo ser aplicado, nos casos em que conduza a uma solução equitativa¹⁹².

Ainda assim, a importância do princípio da equidistância tem sido realçada pelo TIJ, especialmente, para a delimitação marítima entre Estados com costas opostas, onde a área a delimitar, é inferior a 400 milhas náuticas. Tal como enfatizado nos casos Jan

¹⁸⁸ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p.50, para. 87 e p. 57, para. 112.

¹⁸⁹ O princípio da equidistância vem, expressamente, referido no artigo 6.º da Convenção de Genebra, a propósito da delimitação da plataforma continental.

¹⁹⁰ Foi precisamente o caso que ocorreu na delimitação da fronteira entre o Qatar e o Bahrain, TIJ, *Caso da entre o Qatar e o Bahrain*, Op. Cit., p. 58, para. 58, onde o tribunal, expressamente, referiu que, no âmbito do mar territorial, o princípio a aplicar é primeiramente o da equidistância. Mais adiantou que o artigo 15.º da CNUDM é já costume internacional. Nuno Marques ANTUNES, *A Delimitação de...*, Op. Cit. p. 90, 101, é defensor que apesar do elemento literal dos artigos 15.º 74.º n.º 1 e 83.º n.º 1, não existe diferença substancial entre eles invocando para este efeito o princípio que *lex non est textus sed contextus*.

¹⁹¹ TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia*, p. 64, para. 109, (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/63/6275.pdf> e TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p.55, para. 107.

¹⁹² Até à data, o método da equidistância tem sido usado inúmeras vezes juntamente com outros fatores de correção. No acórdão do TIJ no *Caso entre os Camarões e Nigéria*, Op. Cit., a delimitação foi feita apenas com aplicação do princípio da equidistância *tout court*.

Mayen¹⁹³ e no que opôs o Qatar ao Bahrain¹⁹⁴, o princípio da equidistância, sendo de fácil concretização prática, acaba por funcionar, como um excelente ponto de partida para as negociações e para o estabelecimento de uma linha provisória, a ser alterada ou corrigida, se necessário, tendo em conta as circunstâncias do caso concreto¹⁹⁵.

Desta forma, apesar de legalmente não ter qualquer tipo de prevalência face a outros métodos de delimitação, nem ser considerado como costume internacional¹⁹⁶, o princípio da equidistância é, de longe, o método de delimitação mais usado, estando presente em cerca de 89% das delimitações marítimas existentes¹⁹⁷, essencialmente, porque na grande maioria dos casos, a sua aplicação conduz a uma delimitação equitativa, garantindo simultaneamente a segurança e a certeza jurídica atenta a sua fácil concretização nos casos em que a linha de costa é simples¹⁹⁸.

4.2 O princípio da proporcionalidade

Desde o acórdão do TIJ sobre o Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte¹⁹⁹, o princípio da proporcionalidade tem sido densificado, jurisprudencial e doutrinamente, em duas vertentes: por um lado, encarado como essencial na avaliação da *ratio*, entre o

¹⁹³ TIJ, *Caso Jan Mayen entre a Dinamarca e a Noruega*, p. 28 para. 53, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/78/6743.pdf>.

¹⁹⁴ TIJ, *Caso entre o Qatar e o Bahrain*, Op. Cit., p. 58, para. 176.

¹⁹⁵ Tal solução já tinha sido também realçada pelo juiz Jiménez de Aréchaga, TIJ *Casos entre a Tunísia e a Líbia, opinião separada do juiz Jiménez de Aréchaga*, Op. Cit., p. 91, para. 18, onde o mesmo refere que “O ponto de partida deve ser a linha da equidistância devendo esta linha ser alterada apenas se o seu resultado for um resultado injusto”. Tal solução foi também evidenciada pelo Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), *caso entre os Barbados e Trinidad e Tobago*, p. 73 para. 242, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: http://www.pca-cpa.org/showpage.asp?pag_id=1152. No mesmo sentido, Nelson L.D.M., «The Roles of Equity in the Delimitation of Maritime Boundaries», in *American Journal of International Law*, 1990, vol. 84 (4) p. 844.

¹⁹⁶ Sobretudo por lhe faltar *opinion juris*.

¹⁹⁷ Clive SCHOFIELD, «Minding the Gap: The Australia – East Timor Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea (CMATS)», in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Vol. 22 (2) June 2007, p. 198, e ainda, Jonathan CHARNEY, «Progress in international maritime boundary delimitation law» in *American Journal of International Law*, 1994, vol. 88(2) p. 245.

¹⁹⁸ Nuno Marques ANTUNES, *A Delimitação de...*, Op. Cit., p. 94.

¹⁹⁹ TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit., p. 55, para. 101.

comprimento das costas marítimas e, por outro, como um critério complementar de aferição da equidade de uma delimitação marítima concreta²⁰⁰.

Na sua primeira vertente e, sobretudo, nos casos entre Estados com costas opostas, o princípio da proporcionalidade, permite ter conta a *ratio* entre a coluna de água e a plataforma continental, atribuída a um Estado e o comprimento do seu litoral. Concretizando o princípio segundo o qual, a terra domina o mar, este juízo de proporcionalidade, permite que se avalie a dimensão do litoral de um Estado e se compare a área marítima que lhe é atribuída²⁰¹.

Na sua segunda vertente, a proporcionalidade, não constitui um princípio independente²⁰², mas, antes, um critério complementar de aferição do carácter equitativo de uma delimitação marítima. Trata-se, na verdade, de um princípio que, sendo usado como critério posterior auxiliar, permite analisar, *in casu*, se a solução encontrada, consubstancia ou não uma decisão equitativa, face a todas as circunstâncias a considerar. A sedimentação deste princípio, como *ex post facto*²⁰³, foi consolidada jurisprudencialmente no caso do Golfo Maine²⁰⁴ e no processo arbitral, que opôs a Guiné à Guiné-Bissau²⁰⁵, onde se sublinhou que o princípio da proporcionalidade, funciona como regra complementar de correção *a posteriori*, permitindo ponderar todas as circunstâncias relevante para a obtenção de uma solução equitativa.

4.3 A obtenção de uma solução equitativa

A obtenção de uma solução equitativa para a delimitação marítima, nos termos desenhados pelo n.º 1 dos artigos 74.º e 83.º da CNUDM, é considerada pelo TIJ como refletindo, materialmente, direito costumeiro²⁰⁶, o que transforma a sua aplicação obrigatória, na delimitação marítima entre Estados não signatários da mesma e suscita,

²⁰⁰David Joseph ATTARD, Op. Cit., p. 258.

²⁰¹Nugzar DUNDUA, Op. Cit., p. 43-45.

²⁰²Ian BROWNLIE, *Princípios (...)*, Op. Cit., p. 243-244.

²⁰³Ian BROWNLIE, *The Rule (...)*, Op. Cit., p. 174.

²⁰⁴TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p. 93, para. 218.

²⁰⁵ATA, *Caso entre a Guiné e a Guiné-Bissau*, Op. Cit., para. 118-120.

²⁰⁶TIJ, *Caso Jan Mayen*, Op. Cit., p. 25, para. 48.

esclarecimentos adicionais, assim como, uma densificação normativa, do que seja uma *solução equitativa*.

O conceito de solução equitativa não é concretizado pela CNUDM, mas a referência à sua aplicação, à delimitação da fronteira marítima, não assume contornos particulares quanto à sua consideração, nos termos gerais do direito. A equidade deve ser entendida como a “justiça no caso concreto” através da qual se considera, casuisticamente, todos os vetores essenciais a ter em conta, na delimitação marítima e relevantes no caso concreto. Frise-se que o princípio da equidade não deve aqui ser considerado como equidade *ex aequo et bono* ²⁰⁷. Esta última consiste numa decisão despida de critérios materiais onde se possam afastar os princípios e normas de direito, nos termos do n.º 2 do artigo 38.º do estatuto do TIJ. Como nota o juiz Evensen, o conceito de *solução equitativa* não visa retirar sindicância ao juízo efetuado pelo tribunal, na medida em que a equidade “*deve fundar-se no direito internacional e não num processo discricionário de decisão*” ²⁰⁸. No mesmo sentido, aponta o acórdão arbitral do diferendo entre a Guiné e a Guiné Bissau ²⁰⁹, onde se realçou que a obtenção de uma solução equitativa, não se traduz num poder discricionário do tribunal cabendo ao mesmo, com base em considerações de índole jurídica, encontrar os fatores relevantes para uma decisão final.

Elucidativa é a passagem do TIJ, a propósito do caso entre a Tunísia e a Líbia, referindo-se à equidade como uma “*emanação direta da ideia de justiça*” ²¹⁰ e o disposto no caso do Golfo do Maine ²¹¹, na parte em que densifica, o conceito de solução equitativa, aplicável à delimitação marítima. Neste último é realçada não só a inadequação da aplicação de um critério geral e abstrato a todos os processos de delimitação, mas também, a necessidade da solução equitativa do caso concreto ponderar todas as circunstâncias que, *in casu*, se revelem importantes e pertinentes.

Nas palavras do juiz Jiménez de Aréchaga, “*a equidade não é mais do que ter em conta o complexo de circunstâncias históricas e geográficas cuja consideração não*

²⁰⁷ Sobre a equidade *ex aequo et bono* no direito internacional, vide Jorge Bacelar GOUVEIA, *Manual de Direito Internacional Público, Introdução, Fontes, Relevância, Sujeitos, Domínio, Garantia*, 2.ª ed., atual. e ampl. Coimbra, Almedina, 2004, pp. 167-172.

²⁰⁸ TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia, opinião separada do juiz Evensen*, Op. Cit. p. 276, para. 12.

²⁰⁹ ATA, no *Caso da Delimitação da Fronteira Marítima entre a Guiné e a Guiné-Bissau*, Op. Cit., para. 88.

²¹⁰ TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia*, Op. Cit., p. 46, para. 71

²¹¹ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p. 71, para. 158.

diminui mas antes enriquece a justiça”²¹². Na esteira deste entendimento, torna-se particularmente importante referir, ainda que brevemente, as principais circunstâncias geográficas e não geográficas consideradas especiais pelo TIJ.

4.4 Circunstâncias especiais

O Direito do Mar faz referência expressa às circunstâncias especiais, apenas para a delimitação do mar territorial, sendo omissa, quanto à sua consideração, relativamente à ZEE e à plataforma continental. Esta ausência de referência normativa não tem sido, porém, impedimento, para a sua aplicação reiterada pelo TIJ, que tem vindo, não só a aplicar, mas sobretudo, a densificar, o conceito de circunstâncias especiais, enquanto os *“fatores necessário a ter em consideração no processo de delimitação”*²¹³, tendo em vista a obtenção de uma solução equitativa.

Conforme se referenciou, quer a prática dos Estados, quer a jurisprudência demonstram que o processo de delimitação marítima, embora possa partir da definição de uma linha equidistante considerará, sempre que necessário, outros fatores que se mostrem relevantes a considerar e que possam modificar, “o resultado produzido por uma aplicação incondicional do princípio da equidistância”²¹⁴ de forma a chegar-se a uma solução equitativa.

O papel das circunstâncias especiais anda, assim, de mão dada com o princípio da equidistância e da equidade²¹⁵, na medida em que, o seu papel é permitir um reajustamento da linha mediana, sempre que o seu uso *tout court*, leve a resultados injustos. Pese embora o TIJ não se tenha, taxativamente, pronunciado sobre todas as circunstâncias especiais, que possam ser tidas em consideração no processo de delimitação marítima, podemos da sua orientação considerar, essencialmente, a existência de circunstâncias geográficas e circunstâncias não geográficas a que faremos breve referência a seguir.

²¹² TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia*, opinião separada do juiz Jiménez de Aréchaga, Op. Cit., p. 92, para. 24.

²¹³ TIJ, *Caso Jan Mayen*, Op. Cit., p. 28, para. 55.

²¹⁴ TIJ, *Caso Jan Mayen*, Op. Cit., p. 28, para. 55.

²¹⁵ Nugzar DUNDUA, Op. Cit., p. 54.

4.4.1 Circunstâncias geográficas

4.4.1.1 Configuração especial da costa

A configuração especial da costa, como circunstância especial, decorre do princípio desenvolvido pelo TIJ segundo o qual a terra domina o mar²¹⁶. Este ponto de partida, leva a que a configuração especial da costa, nomeadamente a existência de desvios de linha, de costas côncavas ou costas muito recortadas, (ainda que o cumprimento da costa marítima dos Estados seja semelhante), seja tida em consideração e espelhada na delimitação marítima.

Nas palavras do TIJ, a propósito do caso da Plataforma Continental do Mar do Norte e reiterada, posteriormente, no acórdão que decidiu o caso entre os Camarões e a Nigéria, a respeito da configuração particular da costa, defendeu-se que “ *é necessário examinar cautelosamente a configuração geográfica da costa [...] uma vez que o território é a fonte jurídica do poder que o Estado pode exercer sobre a extensão marítima do seu território, é necessário estabelecer quais são as características que de facto constituem essa extensão*”²¹⁷.

4.4.1.2 A existência de ilhas

A consideração e a relevância das ilhas presentes na área marítima a delimitar depende, primeiramente, da sua classificação como ilha ou rochedo à luz da CNUDM²¹⁸ e, subsequentemente, da sua localização, tamanho, distância da costa, características, etc.. O valor que tem sido atribuído às ilhas, não tem sido, porém, uniforme, nem nas decisões do TIJ, nem à luz da prática dos Estados. Uma breve análise demonstra que o efeito total ou parcial a dar às ilhas ou mesmo a sua desconsideração em todo o processo varia significativamente²¹⁹.

²¹⁶ David Joseph ATTARD, Op. Cit., p. 255.

²¹⁷ TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit., p. 52, para. 96.

²¹⁸ Sobre o artigo 121.º da CNUDM, o regime especial das ilhas e a sua distinção face aos rochedos vide Nuno Marques ANTUNES, *A Delimitação de...*, Op. Cit. pp. 82-87.

²¹⁹ Por exemplo, no caso entre a Tunísia e a Líbia, TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia*, Op. Cit., p. 74, para. 128, foi atribuído, apenas, efeito parcial à ilha de Kerkennah, devido ao seu tamanho e posição. O mesmo efeito parcial foi atribuído às ilhas Scilly, pelo Tribunal Arbitral, que decidiu o caso Anglo-

Por regra, apresentando-se a ilha como parte integrante da configuração da costa, a sua consideração, no processo de delimitação será essencial, o que já não acontece no caso em que a configuração seja insignificante, em que se lhe poderá atribuir efeito parcial ou mesmo desconsiderar, totalmente a sua existência²²⁰.

A avaliação feita pelo TIJ, à luz da *ratio decidendi*, subjacente à delimitação marítima, parece levar a concluir que o efeito dado às ilhas depende dos contornos e das suas características específicas, tendo em vista a obtenção de uma solução equitativa. No caso particular da delimitação marítima entre Estados com costas opostas, a sua jurisprudência, é apologista de que a presença de ilhotas, rochedos e pequenas saliências costeiras, pode criar um efeito de distorção desproporcional no uso da linha mediana e, consequentemente, levar à sua total desconsideração²²¹, imposta pela necessidade de obtenção de uma solução equitativa.

4.4.2 Circunstâncias não geográficas

4.4.2.1 Fatores geológicos e geomorfológicos

A consideração das características geológicas e geomorfológicas da plataforma continental desempenham, na atualidade, um papel meramente residual no processo de delimitação marítima.

Conforme decorre do acórdão que decidiu o caso entre a Tunísia e a Líbia e, particularmente, da opinião separada do juiz Jiménez de Aréchaga, a nova definição de plataforma continental constante do artigo 76.º da CNUDM, afastou o conceito de prolongamento natural do território, salientando que “*a extensão da plataforma continental até à distância de 200 milhas contadas das linhas de base, é independente da existência de fendas, depressões ou outras características acidentais e seja qual for*

Francês de 1997, vide Robin CHURCHILL e Vaughan LOWE, Op. Cit., p. 188. Já no caso do Golfo do Maine TIJ, *Caso do Golfo Maine*, Op. Cit., p.87, para. 201, o tribunal entendeu não dar relevo a pequenas ilhas inabitadas.

²²⁰ Para mais desenvolvimentos, vide Nugzar DUNDUA, Op. Cit., p. 61-64.

²²¹ TIJ, *Caso do Mar do Norte*, Op. Cit., p. 37, para. 57.

a sua estrutura geológica, a menos que o bordo exterior da margem continental se encontre para além dessa distância”²²².

Este entendimento, encontrou expressão máxima na orientação do TIJ, sobre o diferendo entre a Líbia e Malta, bastante claro na desconsideração de qualquer tipo de fator geológico, particularmente, na delimitação da plataforma continental entre Estados com costas opostas ou adjacentes com distâncias inferiores a 400 milhas náuticas. Realçou o Tribunal que *“desde que o desenvolvimento do direito autoriza um Estado reivindicar a plataforma continental até às 200 milhas da sua costa, independentemente das características geológicas do leito do mar e do subsolo correspondentes, não há razões para atribuir qualquer papel a fatores geológicos ou geofísicos no interior dessa distância, tanto no que se refere à verificação do título jurídico dos Estados em causa, como na delimitação das suas pretensões. Isto é particularmente claro quando está em causa a verificação do título entre áreas situadas a uma distância menor que 200 milhas da costa em questão, na medida em que, o título depende apenas da distância do leito do mar reivindicado através da plataforma continental, contado da costa do Estado requerente, sendo as características geológicas ou geomorfológicas dessa área completamente irrelevantes”²²³.*

Na opinião separada ao acórdão *supra* citado, o juiz Oda, fazendo uma revisão sobre os trabalhos preparatórios da CNUDM, considera mesmo que a redação do artigo 76.º teve como objetivo garantir a todos os Estados 200 milhas náuticas sobre a área marítima adjacente ao seu território, independentemente, das características geológicas ou geomorfológicas do subsolo²²⁴.

4.4.2.2 Fatores económicos

Muito embora a exploração económica dos recursos minerais e dos recursos vivos seja um dos principais motivos que subjazem à delimitação marítima, o TIJ tem mostrado algumas reticências na sua inclusão no processo de decisão e desconsiderado a existência de recursos minerais e grandes linhas de pesca na área a delimitar.

²²² TIJ, *Casos entre a Tunísia e a Líbia*, opinião separada do juiz Jiménez de Aréchaga, Op. Cit., p. 100, para. 51.

²²³ TIJ, *Caso entre a Líbia e Malta*, Op. Cit., p. 26, para. 39.

²²⁴ TIJ, *Caso entre a Líbia e Malta*, opinião separada do Juiz. Oda, Op. Cit., pp. 141-152, para. 49-68.

Este entendimento, é particularmente, visível no caso entre a Tunísia e a Líbia²²⁵, onde foram ignoradas as diferenças económicas existentes entre os Estados e afastados os argumentos invocados pela Tunísia de importância económica dos recursos pesqueiros para a sua economia.

A desconsideração total de fatores económicos começou a ser posta em causa no acórdão do caso do Golfo do Maine, tendo-se, já, ponderado a sua inclusão como circunstância especial, sempre que o seu menosprezo se revelasse radicalmente inequitativo e desse origem a repercussões catastróficas para a sobrevivência e para o bem-estar da população dos Estados envolvidos²²⁶.

Na sequência deste entendimento, o caso Jan Mayen, acaba por demonstrar uma maior sensibilidade do TIJ a esta circunstância especial, o que o levou, a reajustar a linha média, tendo em vista assegurar o acesso equitativa das populações costeiras aos recursos pesqueiros²²⁷, abrindo caminho jurisprudencial para a consideração futura dos fatores económicos no processo de delimitação marítima.

4.4.2.3A conduta dos Estados

A conduta dos Estados envolvidos no processo de delimitação, designadamente, o reconhecimento ou a aceitação pública de direitos da outra parte ou a falta de protesto face a determinado procedimento ou atitude, podem ser considerados pelo TIJ, como uma aceitação tácita de uma situação de facto e, como tal, ser tida como circunstância especial a atender no processo de busca por uma solução equitativa.²²⁸

A prévia conduta dos Estados relacionada com a área marítima a delimitar pode determinar, *inter alia*, a existência de um *status quo* ou de uma fronteira *de facto*²²⁹ que

²²⁵ TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia*, Op. Cit., p. 63, para. 107.

²²⁶ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p.100, para. 237.

²²⁷ TIJ, *Caso Jan Mayen*, Op. Cit., p. 45, para 91.

²²⁸ Gillian TRIGGS e Dean BIALEK, «The New Timor Sea Treaty and Interim Arrangements for Joint Development of Petroleum Resources of the Timor Gap», in *Melbourne Journal of International Law*, *The University of Melbourne Faculty of Law*, vol. III, 2003, p. 334.

²²⁹ Nugzar DUNDUA, Op. Cit., p. 74.

pelos contornos e particularidades do caso deva ser ponderada, como tendo criado uma situação de estoppel²³⁰.

Foi precisamente este o entendimento do TIJ, no caso entre a Tunísia e a Líbia, onde a existência, durante um longo período de tempo, de uma linha divisória *de facto* relativa à jurisdição sobre pescas e às explorações de petróleo, foi considerada como criadora de um *modus vivendi* a atender, no processo de delimitação definitiva²³¹. Contrariamente, no caso do Golfo do Maine, entendeu-se não estarem preenchidos os requisitos do estoppel²³², capazes conferir relevância à delimitação de facto invocada pelo Canadá e não se conferiu relevância, às concessões existentes entre os Camarões e a Nigéria, para efeitos de exploração dos recursos minerais²³³.

4.4.2.4 Interesses de terceiros Estados

A consideração do posicionamento e do interesse de terceiros Estados, como circunstância especial no processo de delimitação marítima decorre, sobretudo, do enquadramento regional, onde as partes se inserem e da necessidade de não encravar as respetivas plataformas continentais e futuras delimitações²³⁴.

Esta orientação decorre, essencialmente, do disposto no acórdão do TIJ, sobre o diferendo entre a Tunísia e a Líbia, apologista que a potencial existência de um processo de delimitação marítima entre os Estados vizinhos, deve ser considerada tendo em vista a possibilidade de existência de futuras delimitações na região. Foi seguindo esta perspetiva, que o tribunal arbitral do caso entre a Guiné e a Guiné-Bissau considerou, *inter alia*, no seu processo de consideração das circunstâncias especiais, as delimitações existentes no oeste do continente africano²³⁵.

²³⁰ O estoppel tem sido usado pelo TIJ como ferramenta essencial de estabilidade das relações internacionais, visando impedir os Estados de agirem de forma inconsistente com situações por si criadas. Para mais desenvolvimentos, vide Alexander OVCHAR, «Estoppel in the Jurisprudence of the ICJ A principle promoting stability threatens to undermine it», in *Bon Law Review*, Vol. 21: ISS 1, Article 5, (consultado a 29 de junho de 2013), disponível em: <http://epublications.bond.edu.au/blr/vol21/iss1/5>.

²³¹ TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia*, Op. Cit., p.50, para. 81.

²³² TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p. 68, para. 148, p. 69, para. 151 e p.100, para. 237.

²³³ TIJ, *Caso entre os Camarões e a Nigéria*, Op. Cit., p. 447, para 304.

²³⁴ Situações deste tipo acontecem, sobretudo, nos casos em que a área marítima entre os Estados é pequena, como acontece no Mar Negro.

²³⁵ ATA, *Caso entre a Guiné e a Guiné-Bissau*, Op. Cit. para. 93 e 109.

4.4.2.5 Direitos históricos

Apesar da dificuldade associada à prova da existência de títulos históricos, o Direito do Mar confere relevância²³⁶, às reivindicações dos Estados fundamentadas *possessio longi temporis*²³⁷, como sendo uma circunstância especial a ter em conta, no processo de delimitação marítima do mar territorial.²³⁸

A orientação do TIJ a este respeito não é, contudo, muito clara. Efetivamente, apesar de no processo entre a Tunísia e a Líbia, não se ter pronunciado sobre os direitos históricos da Tunísia, pareceu considerar, vagamente, que os mesmos são um elemento concretamente a ter em conta²³⁹. No que se refere à delimitação da plataforma continental e da ZEE, estamos inclinados para a rejeição da consideração dos direitos históricos como circunstância especial, essencialmente, pelos direitos do Estado costeiro sobre a ZEE serem recentes e aqueles sobre a plataforma continental independentes da sua ocupação efetiva ou reclamação, e como tal, insuscetíveis de darem origem à aquisição de títulos históricos.

²³⁶ Nuno Marques ANTUNES, *A Delimitação de...*, Op. Cit., p. 96.

²³⁷ Nugzar DUNDUA, Op. Cit., p. 80.

²³⁸ Vide o artigo 15.º e particularmente o n.º 1 do artigo 51.º da CNUDM.

²³⁹ TIJ, *Caso entre a Tunísia e a Líbia*, Op. Cit., p. 57, para. 97 e p. 62, para. 105.

CAPÍTULO VI – A delimitação permanente da fronteira marítima entre Timor-Leste e a Austrália

1. A possibilidade da delimitação permanente?

Dúvidas inexistem que a CNUDM dá prevalência à delimitação marítima permanente por acordo, remetendo para os mecanismos da Parte XV, apenas no caso dos Estados não chegaram a uma solução, num período razoável de tempo. No caso concreto do Mar de Timor, o recurso às vias judicial está, como vimos, condicionada pela retirada da Austrália da jurisdição do TIJ e do TIDM e a obtenção de uma delimitação permanente embora, abstratamente, possível não é obrigatória nos termos da cláusula moratória do Tratado sobre Ajustes Marítimos. Esta questão assume particular importância, porque a 26 de abril de 2013, Timor-Leste notificou a Austrália, para a iniciação do processo de arbitragem, pondo em causa a validade do Tratado sobre Ajustes Marítimos, pelo processo de negociação do mesmo ter sido objeto de espionagem, por parte dos serviços secretos australianos²⁴⁰.

Face a este conjunto de circunstâncias, consideramos ser pertinente determinar o que seria uma delimitação marítima equitativa para o Mar de Timor.

À luz da jurisprudência do TIJ analisada, somos apologistas de que a delimitação da fronteira marítima permanente para o Mar de Timor, ponderadas todas as circunstâncias especiais que se mostrem relevantes²⁴¹, passa pela negociação, segundo os trâmites da boa-fé, de uma fronteira marítima única²⁴² para a divisão da plataforma continental e da ZEE. Como tivemos oportunidade de demonstrar, esta divisão unitária, para além das vantagens associadas à simplicidade e certeza jurídica que dela decorrem vai, também, de encontro à orientação do TIJ e à prática internacional dos Estados. A delimitação deverá ser feita com base no princípio da equidistância dando-se efeito parcial às

²⁴⁰ Os termos da notificação ainda não foram tornados públicos.

²⁴¹ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p. 71 para. 158., foi reafirmado que a obtenção de uma solução equitativa apenas pode ser obtida ponderadas todas as circunstâncias que, *in casu*, se mostrem relevantes.

²⁴² Duarte Lynce FARIA, Op. Cit., p. 269, segundo o autor, não deve presumir-se que os acordos celebrados para delimitar um espaço marítimo se devam considerar extensíveis a espaços de outra natureza.

pequenas ilhas do grupo Kepulauan Leti e considerando, na parte oeste, a linha média traçada a partir da ribeira de Mota Masin, nos termos que passamos a expor.

2.1 A delimitação frontal

Estando perante Estados com costas opostas, onde a distância marítima entre os mesmos é inferior 400 milhas náuticas²⁴³, a obtenção de uma solução equitativa para a delimitação permanente da fronteira marítima do Mar de Timor passa, por considerar, *prima facie*, o princípio da equidistância e a regra da linha média, que permite traçar uma linha divisória em duas partes iguais, contadas a partir das linha de base usadas para medir o mar territorial, sem prejuízo da consideração posterior de outros fatores²⁴⁴.

Em conformidade com a prática internacional corrente²⁴⁵ e com a jurisprudência do TIJ, sobretudo, a partir do acórdão sobre a Líbia e Malta²⁴⁶ e, consolidada, com o caso do Golfo do Maine, devem ser ignorados os fatores geomorfológicos, invocados pela Austrália, e desconsiderado o argumento de que a depressão do *Timor Trough* constituiu uma fronteira natural criada pela natureza. O título jurídico que Timor-Leste e a Austrália têm sobre o Mar de Timor funda-se, essencialmente, pela dimensão do mesmo ser inferior a 400 milhas náuticas, na distância, tornando a operação de delimitação marítima independente de fatores físicos²⁴⁷.

²⁴³ A distância entre Timor-Leste e a Austrália é de 300 milhas náuticas, vide R.D. Lumb, «The Delimitation of Marine Boundaries in the Timor Sea», in *Australian Yearbook of International Law*, 1976-7, p. 71.

²⁴⁴ TIJ, *Caso entre a Líbia e Malta* Op. Cit., p. 47, para. 62.

²⁴⁵ Conforme nota L.D.M Nelson, «*The Roles (...)*», Op. Cit. p. 847, existe uma série de acordos bilaterais referentes à delimitação da plataforma continental e que não conferem qualquer relevo às características geomorfológicas mais significativas do que as existentes no *Timor Trough*. Por exemplo, o acordo de 1974 entre França e Espanha, não considera o fosso de *Cape Breton*; o acordo entre Cuba e o Haiti foi feito com base no princípio da equidistância, desconsiderando o fosso de *Caymen* que tem cerca de 2,900 metros de profundidade, 1,700 quilómetros de comprimento e 100 quilómetros de largura; os acordos, entre a República Dominicana e a Colômbia e a República Dominicana e a Venezuela, ignoram o *Gap da Aruba*, com cerca de 4.600 metros de profundidade; o mesmo se diga quanto à delimitação existente entre a Índia e a Tailândia, que não leva em consideração a bacia de Andaman e a delimitação entre os Estados Unidos da América e a Venezuela, que também não confere qualquer relevo à bacia da Venezuela. O acordo entre Noruega e o Reino Unido de 1965, segue a linha mediana ignorando completamente o *Norwegian Trough*.

²⁴⁶ TIJ, *Caso entre a Líbia e Malta*, Op. Cit., p. 27 para. 40.

²⁴⁷ TIJ, *Caso do Golfo do Maine*, Op. Cit., p. 54, para. 103.

Inexistindo direitos históricos sobre o Mar de Timor, a considerar como circunstância especial, breve referência deve ser feita quer à configuração especial da costa e ao princípio da proporcionalidade, quer à consideração de fatores económicos.

Com efeito, pese embora a costa australiana seja significativamente maior do que a costa de Timor-Leste e apresente um recorte acentuado, sobretudo, na parte norte, não se justifica um reajustamento da linha mediana a favor da Austrália, exclusivamente, com base neste aspeto. Da mesma forma, a elevada dependência económica do Estado de Timor-Leste das receitas petrolíferas decorrentes da exploração do Mar de Timor, não justifica o mesmo reajustamento a favor da ilha. Avaliando proporcionalmente a divisão feita com base no princípio da equidistância, parece que as diferenças existentes em termos de cumprimento de costa e económicas, não são suficientes para dar origem a uma divisão desproporcional do Mar de Timor, pelo que a sua divisão deverá ser feita segundo a linha média²⁴⁸.

Considerando o regime temporária e provisoriamente em vigor atualmente, a adoção da linha média *per se*, seria, altamente, favorável a Timor-Leste uma vez que faria deslocar a atual linha divisória frontal para sul, aumentando significativamente a jurisdição do Estado de Timor-Leste sobre o espaço marítimo e os respetivos recursos naturais nele existentes²⁴⁹.

1.1 A delimitação lateral

A delimitação lateral da fronteira do Mar de Timor envolve um procedimento negocial mais complexo, não só por implicar interesses de um terceiro Estado, a Indonésia, que terá, necessariamente, de ser envolvido neste processo, mas pela

²⁴⁸ Neste sentido, vide Victor PRESCOTT, «The Question of East Timor's Maritime Boundaries», in *International Boundaries Research Unit, Boundary and Security Bulletin*, Winter, 1999- 2000, p.75.

²⁴⁹ Anexo VI - Mapa com a delimitação da fronteira do Mar de Timor segundo o princípio da equidistância.

negociação ter de considerar o efeito a atribuir às suas ilhas do grupo Kepulauan Leti²⁵⁰ situadas a leste²⁵¹, da parte oriental da ilha de Timor.

Pese embora, abstratamente, as ilhas sejam detentoras de ZEE e de plataforma continental²⁵², a consideração do seu efeito total, sem mais, poderia gerar situações pouco equitativas e altamente desproporcionais, particularmente, nos casos em que as mesmas se situem mais próximas de outro Estado costeiro. Desta forma, no âmbito da fronteira lateral do Mar Timor, somo defensores, na sequência do postulado por Lowe²⁵³, que qualquer delimitação feita, exclusivamente, com base na linha mediana, deve dar particular atenção ao efeito de distorção decorrente da presença destas ilhas. Concretamente, atendendo às disparidades de costas e à dimensão do próprio território fará todo o sentido reduzir o peso das ilhas do grupo Kepulauan Leti e conceder-lhe apenas cerca de $\frac{3}{4}$ da importância²⁵⁴.

Segundo opinião de Lowe, “o *Direito Internacional em vigor não permite que pequenas ilhas tenham efeitos desproporcionais e injustos sobre as fronteiras marítimas. A lei estipula que as pequenas ilhas que afetem desproporcionalmente uma delimitação marítima só podem ter um efeito proporcional, talvez metade ou três quartos do efeito possível, dependendo da sua dimensão e da sua relação com a costa.*”²⁵⁵

Quanto a este aspeto, cumpre esclarecer que existe mesmo doutrina defensora, que atenta a pequena dimensão da área em questão, as circunstanciais especiais, como a configuração da costa, a existência de ilhas ou outras circunstâncias, não representam impacto significativo na delimitação, devendo ser completamente ignoradas.²⁵⁶

²⁵⁰ O grupo Kepulauan Leti inclui as ilhas de Leti, Moa e Lakor.

²⁵¹ Relembre-se que as fronteiras laterais delimitadas pelos pontos A16 e A17 decorrentes do Acordo de 1972 entre a Austrália e a Indonésia e, embora inoponíveis a Timor-Leste, foram mantidos pelo TMT sem qualquer tipo de reajuste.

²⁵² Conforme decorre do artigo 121.º da CNUDM, a plataforma continental e a ZEE são apenas previstas para as ilhas, os rochedos, incapazes de sustentar vida humana ou sem autonomia económica apenas possuem mar territorial.

²⁵³ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 40-41.

²⁵⁴ O facto de a Indonésia ser um Estado arquipelágico, parece não ter qualquer influência na desconsideração ou a redução do peso a dar a este grupo de ilhas, já que a Parte IV da CNUDM, não faz qualquer distinção entre as ilhas integrantes de Estados arquipelágicos e aquelas não integrantes.

²⁵⁵ Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 40.

²⁵⁶ C. COOK, «Filling the Gap – Delimiting the Australia-Indonesia Maritime Boundary», in *10 Australian Year Book of International Law* 1981-183 p. 172.

A orientação jurisprudencial do TIJ suporta esta solução na medida em que tem reduzido o efeito atribuído a pequenas ilhas, quando tal se mostre proporcionalmente justificado, nomeadamente, quando a sua total consideração afete, injustamente, a delimitação marítima. Assim sucedeu no caso entre a Tunísia e a Líbia em que o TIJ atribuiu metade da ponderação às ilhas Kerkennah pertencentes à Tunísia²⁵⁷ e a orientação seguida pelo tribunal arbitral no processo entre a França e ao Reino Unido, onde se atribuiu metade da ponderação às ilhas Scilly do Reino Unido²⁵⁸.

No seguimento deste entendimento, a concessão de efeito parcial às ilhas do grupo Kepulauan Leti, culminaria com a alteração do ponto A16²⁵⁹ e a extensão da área marítima pertencente ao Estado de Timor-Leste até ao ponto A15²⁶⁰.

Quanto à fronteira lateral oeste²⁶¹, traçada no ponto A17, a partir da ponta leste do talvegue de Moti Masin, somos também apologistas da posição de Lowe²⁶², no sentido que se deverá proceder ao reajuste do ponto A17, para o ponto A18, traçado, já não a partir do talvegue, mas considerando a linha média da ribeira de Moti Masin, como é prática internacional²⁶³.

O reajustamento da fronteira lateral nos termos expostos culminaria na colocação da maior parte ou da totalidade dos campos do da Laminaria²⁶⁴, do Sol Nascente do Trovador sob a *“jurisdição de Timor-Leste e num aumento muito significativo dos recursos naturais sob o contro deste Estado”*.

²⁵⁷ TIJ, Casos *entre a Tunísia e a Líbia*, p. 75, para. 75.

²⁵⁸ Vide Robin CHURCHILL e Vaughan LOWE, Op. Cit., p.188.

²⁵⁹ Vide o mapa constante do anexo I.

²⁶⁰ É admissível que a Indonésia esteja disposta a dar menos efeito às ilhas de Kepulauan Leti, como, de resto, aconteceu aquando das negociações da fronteira marítima com o Borneo e Sarawak (Malásia), vide Gillian TRIGGS e Dean BIALEK, Op. Cit, p. 346.

²⁶¹ Diz já respeito à delimitação concreta da fronteira terrestre entre as duas partes da ilha.

²⁶² Vaughan LOWE, Christopher CARLETON e Christopher WARD, Op. Cit., para. 38.

²⁶³ Sublinhe-se que, no processo de demarcação da fronteira terrestre entre as duas partes da ilha, considerou-se que os segmentos da fronteira descritos historicamente com base no talvegue fossem substituídos, pela linha média, vide João Matos, Op. Cit., p. 182-183.

²⁶⁴ Cujo depósito estimado tem cerca de 200 milhões de barris de petróleo, vide Gillian TRIGGS e Dean BIALEK, Op. Cit, p. 341.

CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES

Do ponto de vista do jurídico internacional, o regime do Mar de Timor, atualmente, assente nos três Tratados Internacionais celebrados entre Timor-Leste e a Austrália, é enquadrado nos artigos 74.º e 83.º da CNUDM, que faculta aos Estados com costas opostas, a possibilidade de, num espírito de compreensão, cooperação e boa-fé, celebrarem *ajustes provisórios de carácter prático* que permitam a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais existentes na área a delimitar, na pendência da celebração de um acordo permanente, que assegure uma delimitação equitativa.

Trata-se de um expediente que visa, essencialmente, dar uma resposta imediata e prática, temporalmente definida, para a exploração e aproveitamento dos recursos minerais de determinada área marítima, mas que não visa, nem substituir, nem influenciar, os termos de uma delimitação permanente da fronteira marítima.

Como tivemos oportunidade de frisar, os limites estabelecidos para a ZOC e, subsequentemente, para o Acordo de Unitização, assentaram em pressupostos geomorfológicos, atualmente, desconsiderados pela jurisprudência e prática internacional e são prejudiciais ao Estado de Timor-Leste.

Para além desta questão, o regime globalmente considerado e, particularmente, o disposto no Tratado sobre Ajustes Marítimos, está em clara desconformidade com o Direito Internacional, essencialmente, por violar a obrigação de contenção mútua prevista no n.º 3 dos artigos 74.º e 83.º da CNUDM. A expressa permissão para a emissão de licenças unilaterais e a proibição de discussão contenciosa deste regime altamente controverso, bilateralmente acordado, subvertem o espírito que presidiu à criação dos artigos 74.º e 83.º da CNUDM e visam solidificar e manter em vigor, pelo máximo período de tempo, um regime jurídico que o Direito Internacional impõe como temporário.

Um regime acordado *provisoriamente*, por cinquenta anos, com limites marítimos polémicos, para a exploração e aproveitamento, de recursos naturais, essencialmente, não renováveis, dificilmente poderá ser classificado como temporário, sobretudo numa perspetiva de equidade inter-geracional.

As inconsistências deste regime, atualmente, em vigor face ao Direito Internacional e o processo de arbitragem iniciado este ano, por Timor-Leste, que põe em causa a validade do Tratado sobre Ajustes Marítimos, reclamam que as partes cheguem a um

acordo equitativo para a delimitação permanente da fronteira marítima do Mar de Timor.

Este acordo permanente deverá estabelecer, essencialmente, por questões de simplicidade e certeza jurídica, uma fronteira marítima única para a plataforma continental e da ZEE dividindo o Mar de Timor em duas partes proporcionalmente iguais, segundo o princípio da equidistância, sem considerar quaisquer outras circunstâncias especiais na delimitação da fronteira frontal.

Relativamente à fronteira lateral, a divisão provisória atualmente existente, deve ser reajustada, de forma a dar-se efeito parcial às ilhas do grupo Kepulauan de Leti e considerando, na parte oeste, a linha média da ribeira de Moti Masin. Com efeito, pese embora o princípio da equidistância não seja considerado pelo TIJ como costume internacional, a sua aplicação ao Mar de Timor, é a única solução que, segundo a nossa opinião, permite que se obtenha uma solução equitativa, sobretudo por estarmos perante um área a delimitar com dimensão inferior a 400 milhas náuticas.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Nuno Marques:

_ *A Delimitação de Espaços Marítimos, Relatório da disciplina de Direito Internacional Público*, (regência do Professor Doutor Armando Marques Guedes), Faculdade de Direito de Lisboa, Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, ano letivo 1995- 1996.

_ *Towards the conceptualization of Maritime Delimitation – Legal and Technical Aspects of Political Process*, Leiden-Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

_ «Spatial Allocation of Continental Shelf Rights in the Timor Sea: Reflections on Maritime Delimitation and Joint Development», in *The Centre for Energy, Petroleum and Mineral Law and Policy, Internet Journal*, University of Dundee, vol. 13, 2003, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.dundee.ac.uk/cepmlp/journal/html/Vol13/article13-13.pdf>.

ATTARD, David Joseph - *The Exclusive Economic Zone in International Law*, Oxford, Oxford University Press / Clarendon Press, 1987 (reprinted as paperback 1990).

BASTOS, Fernando Loureiro:

_ *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, AAFDL, Lisboa 2005.

_ «Os poderes do Estado Português no Mar», in Nuno Vieira Matias, Viriato SOROMENHO-MARQUES, João FALCATO, Aristides G. LEITÃO. (coord), *Políticas Públicas do Mar*, Esfera do Caos, 2010.

BATHURST, Maurice (dir); FOX, Hazel, et al. (research team) - *Joint Development of Offshore Oil and Gas. A Model Agreement for States for Joint Development with Explanatory Commentary*, London, The British Institute of International and Comparative Law, 1989.

BECKER-WEINBERG, Vasco - *Os Acordos de Aproveitamento Conjunto de Depósitos de Recursos minerais nas Plataformas Continentais*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 2008.

BROWNLIE, Ian:

_ *Princípios de Direito Internacional Público*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_ *The Rule of Law in International Affairs, International Law at the Fiftieth Anniversary of the United Nations*, The Hague, Martinus Nijhof Publishers, 1998.

CHARNEY, Jonathan:

_ «Ocean boundaries between nations: a theory for progress», in *American Journal of International Law*, 1984, vol. 78 (3).

_ «Progress in international maritime boundary delimitation law», in *American Journal of International Law*, 1994, vol. 88(2).

COOK, C. - «Filling the Gap – Delimiting the Australia-Indonesia Maritime Boundary», in *10 Australian Year Book of International law* 1981-183.

CHURCHILL Robin; LOWE Vaughan - *The law of the sea*, 3rd ed., Manchester University Press, 1999.

CUNHA, Joaquim Silva; PEREIRA, Maria da Assunção do Vale - *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina 2004.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET Alain - *Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DUNDUA, Nugzar - *Delimitation of maritime boundaries between adjacent States*, Georgia, United Nations – The Nippon Foundation Fellow, 2006-2007.

ESCARAMEIA, Paula, *O Direito Internacional Público nos Princípios do Século XXI*, Coimbra, Almedina, 1999.

FARIA, Duarte Lynce - *A Jurisdição e a Delimitação dos Espaços Marítimos em Portugal, Do Rio Minho às Ilhas Selvagens, na golada do Guadiana e no Mar de Timor*, Lisboa, AAFDL, Função Mário Soares, Porto de Leixões, 2002.

FERRÃO, Marisa Caetano - *A Delimitação da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, AAFDL, 2009.

FOX, Hazel (edit) - *Joint Development of Offshore Oil and Gas. Volume III. The Institute Revised Model Agreement, Conference Papers. The Australia /Indonesia Zone of Co-operation Treaty 1989*, London, The British Institute of International and Comparative Law, 1990.

GOULART, Paula Lins - *O acordo de aproveitamento conjunto de petróleo e/ou gás natural entre Estados costeiros com plataformas continentais sobrepostas e a sua utilização como modelo para uma gestão sustentável da pesca dos peixes migratórios pelos Estados dentro da sua zona económica exclusiva*, Relatório apresentado ao Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos, como parte das atividades da cadeira de Direito Público e do Ambiente, do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Ambientais no ano letivo 2006- 2007, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 2007.

GOUVEIA, Jorge Bacelar:

— *Manual de Direito Internacional Público, Introdução, Fontes, Relevância, Sujeitos, Domínio, Garantia*, 2.^a ed., atual. e amp. Coimbra, Almedina, 2004.

— *“Timor-Leste Textos Jurídicos Fundamentais”*, 2.^a ed., aum., Lisboa, AAFDL, 1993.

– «Zona Económica Exclusiva», in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VII, Lisboa, 1996.

GUEDES, Armando Marques, *Direito do Mar*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora 1998.

GROTIUS, Hugo - *The Freedom of the Seas*, Ralph Van Deman MAGOFFIN, (tradução), New York, Oxford University Press, 1916.

HEISER, Anthony - «East Timor and the Joint Petroleum Development Area», in *Australian and New Zealand Maritime Law Journal*, Vol. 17, 2003.

JERÓNIMO, Patrícia - *Direito Internacional Público, O Regime Internacional dos Espaços*, Sumários Desenvolvidos, 2009, (consultado a 28 janeiro de 2013), disponível em: www.fup.pt/files/biblioteca/pdf/10_pdf_eqvtfg4kis2c_livro_dip_espacos.pdf.

KAYE, Stuart - «Negotiation and Dispute Resolution: a case study in international boundary making the Australia – Indonesia boundary», in ELFERINK, Alex G. Oude, ROTHWELL Donald R, (edits), *Oceans Management in the 21st Century: Institutional Frameworks and Responses*, Publications on Oceans Development, vol. 44, Leiden-Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2004.

KUNZ, Josef - «continental Shelf and international law: confusion and abuse», in *American Journal of International Law*, 1956 vol. 50 (4).

LAGONI, Rainer - «Interim Measures Pending Maritime Delimitation Agreements», in *American Journal of International Law*, 1984 vol. 78 (2).

L.D.M., Nelson - «The Roles of Equity in the Delimitation of Maritime Boundaries», in *American Journal of International Law*, 1990, vol. 84 (4).

LOWE, Vaughan; CARLETON, Christopher; WARD, Christopher - «Sobre as fronteiras marítimas de Timor-Leste», abril 2002, (consultado a 25 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.petrotimor.com/img/lglpPT.pdf>.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier - «Comentários ao artigo 26», in Aziz Tuffi SALIBA (org), *Direito dos Tratados, Comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969)*, Arraes editores, Belo Horizonte, 2011.

MATOS, João - *Fronteiras Terrestres, Conceitos e aplicações, Inclui processo de demarcação da fronteira terrestre entre a Indonésia e Timor-Leste*, Lisboa, Lidel edições técnicas, 2012.

MILLER, Robert - «Australian Practice in International Law», in *Australian Yearbook of International Law*, 1970-3.

MIRANDA, Jorge (org.) - *Timor e o Direito*, Lisboa, AAFDL, 2001.

MOREIRA, Maria João Caramelo - *Timor-Leste e o Direito do Mar uma questão de justiça*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1999.

MUNTON, Alexander J. - *A Study of the Offshore Petroleum Negotiations between Australia, the U.N. and East Timor*, Australian National University Canberra, Department of International Relations Research School of Pacific & Asian Studies, 2006.

NORDQUIST, Myron H. et al. - *United Nations Convention on the Law of the Sea 1982, A Commentary*, six volumes, Center for Oceans Law and Policy, University of Virginia School of Law, Martinus Nijhoff Publishers.

O'CONNEL, Daniel Patrick - *The International Law of the Sea*, Oxford, Oxford University Press/ Clarendon Press, Edited by I. A. Shearer LL.M. S.J.D, 1982.

ONG, David:

_ «Joint Development of Common Offshore Oil and Gas Deposits: ‘Mere’ State Practice or Customary International Law?», in *American Journal of International Law*, V. 93 (4) 1999.

_ «The New Timor Sea Arrangement 2001: Is Joint Development of Common Offshore Oil and Gas Deposits Mandated under International Law?», in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Vol. 17 (1) January 2002.

OVCHAR Alexander - «Estoppel in the Jurisprudence of the ICJ A principle promoting stability threatens to undermine it», in *Bon Law Review*, Vol. 21: ISS 1, Article 5, (consultado a 29 de junho de 2013), disponível em: <http://epublications.bond.edu.au/blr/vol21/iss1/5>

PEREIRA André Gonçalves; QUADROS Fausto de - *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª ed. Lisboa, Almedina, 2005, p. 250.

PRESCOTT, Victor - «The Question of East Timor’s Maritime Boundaries», in *International Boundaries Research Unit, Boundary and Security Bulletin*, Winter, 1999-2000.

QUADROS, Fausto; OTERO, Paulo; GOUVEIA, Jorge Bacelar - *Portugal e o Direito do Mar*, Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Biblioteca Diplomática Série A, 2004.

RAGAZZI, Maurizio - *The Concept of International Obligations Erga Omnes*, Oxford, Clarendon Press Oxford, 1997.

R.D., Lumb - «The Delimitation of Marine Boundaries in the Timor Sea», in *Australian Yearbook of International Law*, 1976-7.

RIBEIRO, Marta Chantal:

_ «O Direito do Mar, sua Evolução e Repercussões», in MATIAS, Nuno Vieira, SOROMENHO-MARQUES Viriato, FALCATO João, LEITÃO Aristides G. (coord), *Políticas Públicas do Mar*, Esfera dos Caos, 2010.

_ «O Tempo na Cessação da Vigência dos Tratados: (Tratado CECA, 1951; Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar, 1958; Tratado do ‘Timor Gap’, 1989)», in *V Encontro de Professores de Direito Público, O Tempo e o Direito Público, 4.ª sessão o Tempo e o Direito Internacional Europeu*, 2012, (consultado a 26 de dezembro de 2012) disponível em:

http://icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_encontrodip_final2.pdf.

ROBSON, Charles - «Transboundary Petroleum Reservoirs: Legal Issues and Solutions» in Gerald H. BLAKE, William J. HILDESLEY, Martin A PRATT., Rebecca J RIDLEY., Clive H SCHOFIELD., (edit), *The Peaceful Management of Transboundary Resources*, London, Dordrecht, Boston, 1995.

ROCHA, Rosa Maria Martins - «O Costume e a Convenção do Direito do Mar de 1982», in *Estudos em Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*, Porto, Fundação Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999.

SANCHES RODRIGUEZ, Luis Ignacio - «L’uti possidetis: Application à la délimitation maritime», in *Le Processus de Délimitation Maritime Etude D’un Cas Fictif, Colloque International Monaco*, Institut du Droit Économique de la Mer, 2003.

SCHOFIELD, Clive - «Minding the Gap: The Australia – East Timor Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea (CMATS)», in *The International Journal of Marine and Coastal Law*, Vol. 22 (2) June 2007.

SHAW, Malcolm N. - *International Law*, 4th ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

SOARES, António - «Plataforma Continental – seus limites à luz da Convenção de Montego Bay», in *Revista do Ministério Público*, n.º 38, ano 10º, abril-junho 1989.

SUTISNA, Sobar; HANDOYO, Sri - *Delineation and Demarcation of the Land Borders in Timor: Indonesian Perspective*, (consultado a 28 de janeiro de 2013), disponível em: <http://bakosurtanal.go.id/bakosurtanal/assets/News/Artikel-pdf/Paper%20IBRU%20Bangkok.pdf>.

TANAKA, Yoshifumi - *Predictability and Flexibility in the Law of Maritime Delimitation*, Hart Publishing, Oxford and Portland, Oregon, 2006.

TELES, Miguel Galvão - «Espaços marítimos, delimitação e colisão de direitos», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Armando Marques Guedes*, Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, 2004.

TELES Miguel Galvão - «Timor Leste», in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 2.º Suplemento, Lisboa, Gráfica do Areeiro, 2001.

TELES, Patrícia Galvão - «Autodeterminação em Timor-Leste: Dos Acordos de Nova Iorque à Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999», in *Documentação e Direito Comparado* n.ºs 79-80, maio de 2000.

The Parliament of the Commonwealth of Australia, *Report 49, The Timor Sea Treaty, Joint Standing Committee on Treaties*, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.laohamutuk.org/Oil/Sunrise/JSCT%20TST%20report.pdf>.

TRIGS, Gillian; BIALEK, Dean - «The New Timor Sea Treaty and Interim Arrangements for Joint Development of Petroleum Resources of the Timor Gap», in *Melbourne Journal of International Law*, The University of Melbourne Faculty of Law, vol. III, 2003.

VALLE, Jaime - «A conclusão dos tratados internacionais na Constituição timorense de 2002», in Inocência GALVÃO TELLES (coord.), in *O Direito*, Almedina ano 130.º IV, 2007.

VOIGT, Christina - *Sustainable Development as a Principle of International Law, Resolving conflicts between Climate Measures and WTO Law*, Leiden- Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

WEIL, Prosper, *Perspectives du Droit de la Délimitation Maritime*, Pedone, Paris, 1988.

OUTROS

EMEPC – FDUP – CIMAR - *Aspetos Jurídicos e Científicos da Extensão da Plataforma Continental*, Lisboa, EMEPC, 2006.

International Law and the Question of East Timor, Catholic Institute for International Relations and International Platform of Jurists for East Timor, 1992.

The La’o Hamutuk Bulletin, *Timor Sea Oil and Gas Uptade*, Vol. 4, nº 3.4, 2003, (consultado a 26 de janeiro de 2013) disponível em: <http://www.etan.org/lh/pdfs/bulletin/lhbl4n34e.pdf>.

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, entre a República Federal da Alemanha / Holanda e Dinamarca de 1969, TIJ, (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/51/5535.pdf>.

Caso da Plataforma Continental entre a Tunísia e a Líbia Arab Jamahiriya, de 1982, TIJ, (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/63/6275.pdf>.

Caso do Golfo Maine, entre o Canadá e os Estados Unidos da América de 1984, TIJ, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/78/6743.pdf>.

Caso da Plataforma Continental entre a Líbia Arab Jamahiriya e Malta, de 1985, TIJ, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/68/6415.pdf>.

Caso relativo à disputa fronteiriça entre o Burkina Faso e a República do Mali, de 1986 TIJ, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/69/6447.pdf>.

Caso Jan Mayen, entre a Dinamarca e a Noruega de 1993, TIJ, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/78/6743.pdf>.

Caso Timor-Leste, entre Portugal e a Austrália de 1995, TIJ, (consultado a 22 de fevereiro de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/84/6949.pdf>.

Caso da delimitação marítima e territorial entre o Qatar e o Bahrain, de 2001, TIJ, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/87/7027.pdf>.

Caso da delimitação terrestre e marítima entre os Camarões e a Nigéria, de 2002, TIJ, (consultado a 22 de fevereiro de 2013), disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/94/7453.pdf>.

Caso da delimitação da fronteira marítima entre a Guiné e a Guiné-Bissau, Tribunal Arbitral, *International Legal Materials* XXV-2 (1986). pp. 251 e ss., de 1985.

Caso entre os Barbados e a República da Trinidad e Tobago, de 2006, TPA, (consultado a 27 de Dezembro de 2012), disponível em: http://www.pca-cpa.org/showpage.asp?pag_id=1152.

ACORDOS INTERNACIONAIS E MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO

Acordo entre a República Federal da Nigéria e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, para o desenvolvimento conjunto de petróleo e outros recursos na área relativa à ZEE dos dois Estados, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em:

<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/STP-NGA2001.PDF>.

Acordo entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Austrália, relativo às disposições para a exploração de petróleo do Mar de Timor entre Timor-Leste e a Austrália.

Acordo entre o Governo da República do Senegal e o Governo da República da Guiné Bissau, para a Cooperação e Gestão de Pescas celebrado, 1993, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/SEN-GNB1993MC.PDF>,

Acordo entre o Governo do Reino da Dinamarca e o Governo da Ilhas Faroe e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Norte da Irlanda, de 1999, (consultado a 26 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/DNK-GBR1999MD.PDF>.

Agreement between the Government of the Commonwealth of Australia and the Government of the Republic of Indonesia Establishing Certain Seabed Boundaries, 18 May 1971, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-IDN1971SB.pdf>.

Agreement between the Government of the Commonwealth of Australia and the Government of the Republic of Indonesia Establishing Certain Seabed Boundaries in the Area of the Timor and Arafura Sea, Supplementary to the Agreement of 18 May 1971, 9 October 1972, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-IDN1972TA.pdf>.

Agreement between the Republic of Estonia and the Republic of Latvia on the Maritime Delimitation in the Gulf of Riga, the Strait of Irbe and the Baltic Sea, 12 July

1996, (consultado a 18 de março de 2013), disponível em:
<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/EST-LVA1996MD.PDF>.

Agreement between the Government of the Republic of India and the Government of the Republic of Indonesia relating to the Delimitation of the Continental Shelf Boundary between the two Countries 8 August 1974, (consultado a 11 de janeiro de 2013), disponível em:
<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/IND-IDN1974CS.PDF>.

Agreement between the Government of the Kingdom of Thailand and the Government of the Republic of Indonesia relating to the Delimitation of a Continental Shelf Boundary between the two Countries in the Northern Part of the Straits of Malacca and in the Andaman, Sea 17 December 1971, (consultado a 11 de janeiro de 2013), disponível em:
<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/THA-IDN1971CS.PDF>.

Agreement between the Republic of Turkey and the Republic of Bulgaria on determination of the boundary in the mouth area of the Mutludere/Rezovska river and delimitation of the maritime areas between the two states in the Black Sea, 4 December 1997, (consultado a 18 de março de 2013), disponível em:
<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/TUR-BGR1997MB.PDF>.

Boundary between the two Countries in the Northern Part of the Straits of Malacca and in the Andaman Sea 17 December 1971, (consultado a 11 de janeiro de 2013), disponível em:
<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/THA-IDN1971CS.PDF>.

Agreement between the Government of Malaysia and the Government of Indonesia on the delimitation of the continental shelves between the two countries, 27 October

1969, (consultado a 11 de janeiro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/MYS-IDN1969CS.PDF>.

Memorandum of Understanding between the Government of Australia and the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), acting on behalf of East Timor, on Arrangements relating to the Timor Gap Treaty, (consultado a 26 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/2000/9.html>.

Memorandum of Understanding of Timor Sea Arrangement, 5 July 2001, (consultado a 27 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/special/MOUTSA.html>.

Protocol between the Government of the Republic of Turkey and the Government of Georgia on the Confirmation of the Maritime Boundaries between them in the Black Sea, 14 July 1997, (consultado a 18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/TUR-GEO1997BS.PDF>.

Treaty between Australia and Republic of Indonesia on the Zone of Cooperation in an Area between the Indonesian Province of East Timor and Northern Australia, 11 December 1989 (*Timor Gap Treaty*) (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/1991/9.html>.

Treaty between Australia and the Independent State of Papua New Guinea concerning sovereignty and maritime boundaries in the area between the two countries, including the area known as Torres Strait, and related matters, 18 December 1978, (consultado a 9 de janeiro de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-PNG1978TS.PDF>.

Treaty between the Government of Australia and the Government of the Republic of Indonesia establishing an Exclusive Economic Zone Boundary and Certain Seabed Boundaries, 14 March 1997, (consultado a 25 de dezembro de 2012), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/AUS-IDN1997EEZ.pdf>.

Treaty between Uruguay and Argentina concerning the Rio de la Plata and the Corresponding Maritime Boundary, 19 November 1973, (consultado a 18 de março de 2013), disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/URY-ARG1973MB.PDF>